



Conta Satélite do Turismo (CST)

**INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

FERNANDA CHIO MING NETTO



CONTA SATÉLITE DO TURISMO (CST):
INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO

FERNANDA CHIO MING NETTO

Orientador: Prof^o. Dr. Jorge Madeira Nogueira

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/UnB, voltada para uma análise crítica da literatura existente no Brasil sobre a Conta Satélite do Turismo (CST), sendo um instrumento metodológico e de mensuração do impacto do Turismo na Economia de um país, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Economia para o Turismo.

Brasília – DF
setembro / 2006

CHIO, Fernanda Ming Netto.

Conta Satélite do Turismo (CST): instrumento metodológico para o desenvolvimento do Turismo / Fernanda Chio Ming Netto. – Brasília, 2006. X, 93 f.

Monografia (especialização) – Economia para o Turismo. Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2006.

Orientador: Jorge Madeira Nogueira.

1. Atividades Turísticas na Macroeconomia. 2. Histórico das Contas Satélite do Turismo. 3. Relação da Conta Satélite do Turismo e Outros Instrumentos de Planejamento Econômico. 4. Políticas Públicas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo

Curso de Especialização em Economia para o Turismo

CONTA SATÉLITE DO TURISMO (CST):
INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO

FERNANDA CHIO MING NETTO

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira
Orientador

Prof. Pedro Henrique Zuchi da Conceição
Examinador

Trabalho apresentado em cumprimento às exigências acadêmicas parciais do curso de pós-graduação lato sensu em Economia para o Turismo para obtenção do grau de Especialista.

Brasília – DF
setembro / 2006

DEDICATÓRIA

Dedico este integralmente ao ser de grande importância em minha vida que infelizmente não está mais ao meu lado fisicamente, porém nossas recordações e lembranças serão eternas e maravilhosas.

+ Billy – 15/07/2006

AGRADECIMENTO

Este trabalho é mais um tijolinho que acrescento na construção de minha vida profissional. Por isso agradeço a uma grande amiga, Janice Castellar, que me orientou a seguir esta linha de pesquisa, a Florinda de Almeida pelo interesse e ajuda sem tamanho dada a mim; e ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/UnB, por me proporcionar essa oportunidade de estudo.

Um agradecimento maior pelos 16 anos 3 meses e 8 dias durante os quais tive a companhia do Billy, em todos os momentos importantes da minha vida, sempre com um olhar de carinho, respeito, alegria, compreensão... não tenho como descrever o significado dele na minha vida. Meu Amor Eterno.....

EPIGRAFE

“Os sonhos são as chaves de nossa personalidade”.

Henry David Thoreau

“Quem não dá valor ao que conquista, nunca terá nada de valor”.

Fernanda Chio

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”.

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente trabalho busca contribuir com as discussões na área da Economia para o Turismo, no que se refere à implantação e desenvolvimento da Conta Satélite do Turismo – CST no Brasil. Para efetuar este estudo, foram utilizados dados e informações de fontes secundárias, como pesquisas, publicações, artigos e relatórios de trabalho de órgãos oficiais ligados ao Turismo e universidades. Apresenta-se de início um panorama geral da macroeconomia reproduzindo de maneira sintetizada, os principais indicadores do setor turístico no Brasil usando como base as Contas Nacionais e a Matriz de Contabilidade Social (MCS) da econômica brasileira. No estudo são destacadas as variáveis chaves para o Setor do Turismo e sua contribuição no PIB Nacional; assim como a geração de emprego e renda fomentados pelo Turismo. Um breve histórico cronológico sobre o desenvolvimento da estrutura metodológica da CST, também é apresentado. Por fim, algumas reflexões sobre a eficiência e eficácia das Contas Satélites na mensuração das atividades turísticas concluem o presente estudo.

Palavras-Chave: Economia do Turismo; Macroeconomia; Conta Satélite do Turismo (CST) e Planejamento.

ABSTRACT

The present work tries to contribute to the discussions in the area of tourism in the economy, in the implantation and development of Tourism Satellite Account - TSA. To do this study, data and information was obtained from secondary origins, resulting from research, publications and articles on the subject and reports of works from official tourism agencies. In such a way, the Tourism sector in Brazil will be presented in a general panorama of the macroeconomics, presenting in a synthesized way the main indicators using as base the Brazilian National Accounts and the Matrix of Social Accountability (MSA) of the Brazilian economy. This study highlights variable key indicators of the Brazilian tourism sector, its contribution to the Brazilian gross domestic product GDP and the generation of jobs and income created by Tourism. These points are of utmost importance for the economic growth of a country. A brief historical chronology of the development of TSA methodological framework is also presented. Finally some reflections on the efficiency and effectiveness of Satellites Accounts in the measuring of tourist activities.

Key-Words: Economy of Tourism; Macroeconomics; Tourism Satellite Account (TSA) and Planning

LISTA DE FIGURAS

FIGURA. 01:	Pirâmide de Necessidades de Maslow.	20
FIGURA. 02:	Modelo Completo de economia aberta: relação entre os agentes econômicos do país com o resto do mundo.	29
FIGURA. 03:	Mapa do PIB do Turismo no Brasil.	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO. 01:	Geração de emprego no Turismo e no restante da economia.	23
GRÁFICO. 02:	Empregos e ocupações diretos gerados por ano: Previsão.	25
GRÁFICO. 03:	Exportações Brasileiras – Principais Produtos Janeiro – Outubro 2005 (US\$ Milhões).	62

LISTA DE TABELAS

TABELA. 01:	Turismo vis-à-vis a Economia Brasileira (2002) – Consumo por tipo de família.	24
TABELA. 02:	Turismo vis-à-vis a Economia Brasileira (2002) – Remuneração por tipo de família.	24
TABELA. 03:	Empregos e ocupações diretos: valores acumulados a partir de 2003 (em milhares)	25

LISTA DE ABREVIATURAS

a/a = ao ano

ABNT = Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abrasel = Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

A&B = Setor de Alimentos e Bebidas

BACEN = Banco Central do Brasil

BID = Banco Internacional de Desenvolvimento

CENU = Comissão de Estatística das Nações Unidas

CEPAL = Comissão Econômica para América Latina

CET = Centro de Excelência em Turismo

CIUAT = Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas

CNT = Conselho Nacional de Turismo

CST = Conta Satélite do Turismo

EMBRATUR = Instituto Brasileiro de Turismo

FBCF = Formação Bruta de Capital Fixo

FBK = Formação Bruta de Capital

FEE = Fundação de Economia e Estatística

i. e. = isto é

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE = Instituto Nacional de Estatística

MIP = Matriz Insumo-Produto

MTUR = Ministério do Turismo

NET = Núcleo de Econômica em Turismo

OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT = Organização Internacional do Trabalho

OMT = Organização Mundial do Turismo

ONU = Organização das Nações Unidas

PEA = População Economicamente Ativa

PIB = Produto Interno Bruto

PNT = Plano Nacional do Turismo

PNUD = Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

RS = Rio Grande do Sul (Estado do sul do Brasil)

SCN = Sistema de Contas Nacionais

SIGTUR = Sistema Integrado de Gestão do Turismo

WTO = World Tourism Organization ; **OMT** = Organização Mundial do Turismo;

WTTC = Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vi
EPÍGRAFE	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
1. INTRODUÇÃO	14
2. MACROECONOMIA DO TURISMO E SUA MENSURAÇÃO	19
2.1. Aspectos Macroeconômicos de Atividades Turísticas	19
2.2. As Contas Nacionais: Mensuração de Variáveis Macroeconômicas	26
2.2.1. Aferição do Produto Interno Bruto (PIB) e da Renda	31
2.3. As limitações dos Sistemas de Contas Nacionais	32
2.4. Turismo nas CN's: Limites de Mensuração	35
2.5. As Contas Satélites: Substitutos ou Complementares às CN's	36
3. CONTA SATÉLITE DO TURISMO	38
3.1. Origem e Desenvolvimento da CST	39
3.2. Principais Aspectos e Objetivos	44
3.3. Princípios Metodológicos e Estrutura da CST	50
3.4. Desenvolvimento Econômico do Turismo em Alguns Países	59
4. CONTA SATÉLITE E PLANO TURÍSTICO	62
4.1 Aspectos Gerais do Turismo na Economia Brasileira	62
4.2. Uso das Contas Satélites como Instrumento de Planejamento	63
4.2.1. Principais Aspectos Robustos	64
4.2.2. Principais Aspectos Frágeis	66
5. RELAÇÃO DA CONTA SATÉLITE DO TURISMO E OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO	68
5.1. Conta Satélite do Turismo e Matriz Insumo-Produto para o Turismo	69
5.2. Conta Satélite do Turismo e Políticas Públicas	73
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
8. GLOSSÁRIO	81
ANEXO I - Tabelas referente à mão-de-obra empregada	83
ANEXO II - Acordo de cooperação entre Brasil e OMT	85

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise crítica da literatura técnica-científica sobre a **CONTA SATÉLITE DO TURISMO** (CST). Esta análise crítica vai ao encontro da carência percebida, durante o *Curso de Especialização Economia para o Turismo*, na literatura brasileira sobre o tema. Para consecução desse objetivo, diversos aspectos são abordados ao longo da monografia. De importância central é o estabelecimento de moldura analítica, que permitirá a delimitação de conceitos e definições que permeiam todas as áreas envolvidas ao tema. Em um segundo momento, a evolução histórica da CST é apresentada, seguida de um breve descritivo das experiências vividas com sua aplicação em alguns países. Destaca-se, na presente monografia, a busca por instrumentos comparativos de avaliação sobre a eficácia da CST que se apresenta em um estágio inicial de sua implantação no Brasil, em especial, o seu possível impacto sobre a formulação de políticas públicas para o Turismo no Brasil.

Tem-se certeza da contribuição desta monografia ao estudo dos aspectos econômicos do Turismo em uma dada economia. O Turismo¹ apresenta forte característica: o envolvimento de múltiplas atividades complementares (eventos, transportes, meios de hospedagens, bares, restaurantes e similares, operadoras de viagens etc.). Ele possui, também, atividades que apresentam opções que são competitivas entre si, como o caso de diferentes destinos litorâneos. Nas últimas décadas, todas elas têm apresentado um ascendente crescimento em diferentes países, inclusive no Brasil. Para muitos - gestores, formuladores de políticas e acadêmicos - é considerado um setor estratégico para o desenvolvimento da economia de qualquer país.

Apesar de sua significativa participação na renda, produção e geração de empregos, o setor Turismo possui um planejamento ainda incipiente no que tange o entendimento e aquisição de informações fidedignas sobre as suas características em suas múltiplas atividades e seus impactos econômicos. Uma possível justificativa

¹ O Turismo para efeito de análise dos impactos econômicos é conceituado pela OMT/UN: *Compris[ing] the activities of persons traveling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes.* (United Nations, Recommendations on Tourism Statistics, 1994.) Tradução EMBRATUR: conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios ou outros motivos.

para tal ocorrência, pode ser a visão que ainda predomina em muitos países sobre o Turismo. No caso específico do Brasil, por exemplo, por um longo período da sua história econômica foi considerado uma atividade econômica de pouca relevância. Constatação deste fato, é que apenas no ano de 2003, foi criada uma estrutura administrativa específica para gerir o planejamento setorial. Até então o Setor dividia um Ministério com os Esportes, que demandava maior prioridade.

Alguns países perceberam já há algum tempo, o Turismo como um potencial gerador de empregos, divisas, renda e, conseqüentemente, impostos. Existe uma corrente que o projeta como uma das principais atividades humana e econômica, por elevar a renda e valorizar o social (LEMOS, 1999). No mercado de trabalho o Turismo gera empregos diretos, que dizem respeito às atividades de viagens, hospedagem, lazer, cultura etc.; e indiretos que resultam de compras, manutenção e reposição de todos os *insumos* (combustível – para o setor de transporte, alimentos – para o setor de restaurantes, bares e similares etc.), *equipamentos* (televisores, geladeiras, aparelhos de ar condicionado, ventiladores, secadores de cabelo, roupa de cama, mesa e banho etc.) e *produção* estimulada pelo Turismo (os ambulantes como pipoqueiros, por exemplo.), que são necessários para fazer funcionar as engrenagens desta grande “máquina” que é o Turismo.

O veloz crescimento e propagação do Turismo, observado tanto no mercado interno brasileiro como no cenário internacional, advém das facilidades das inovações tecnológicas, diminuição do número de pessoas nas famílias e a busca por otimizar o “tempo livre”, cada vez mais reduzido, constituído prova de que a busca pelo aproveitamento do ócio (tempo livre) é uma realidade mundial. Mais uma vez o caso brasileiro é ilustrativo. Em fevereiro de 2006, mês que ocorre a maior manifestação cultural que projeta o Brasil para o mundo - o Carnaval, segundo o Instituto Brasileiro Turismo (EMBRATUR)², esse foi o melhor fevereiro da história do Turismo receptivo brasileiro, com o turista estrangeiro deixando 9,79% mais dólares no país, em relação a outros anos.

No entanto, muitos são os números, informações e dados levantados sobre a macroeconomia do Turismo e seus impactos e importância na economia do país. Se analisarmos as minúcias desses dados, constataremos que muitos carecem de

² Fonte de dados: Banco Central (BACEN) e Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), 2006. As entidades mostram que no mês de fevereiro de 2006, entraram no País US\$ 359 milhões pelas mãos de turistas estrangeiros.

instrumentos de medição mais precisos. Outros se apresentam como números soltos em textos, visto que são poucas as fontes fidedignas de investigação de informações e dados estatísticos sobre as ações do Turismo na economia. Com este cenário de lacunas de informações, torna-se difícil comparar, analisar, valorar, cancelar, investir, elaborar cenário, previsões futuras para estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes e similares, agências etc.), projetos turísticos (demanda futura, viabilidade econômica e financeira etc.) e, principalmente, formulação de políticas públicas eficientes e eficazes, que busquem minimizar as falhas de mercado (bens públicos, informações assimétricas, mercado incompleto, externalidades positivas e negativas, comportamento não competitivo e não convexidade.) e potencializar a atratividade do Turismo dos mais de 5000 municípios brasileiros.

Como ferramenta econômica para o desenvolvimento do Turismo e uma sugestão para contornar essas adversidades que resultam da ausência de informações confiáveis, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) propõem a implementação da Conta Satélite de Turismo (CST) nos países onde o setor apresenta-se como base econômica. Sugere-se que a CST possibilitará uma investigação do Turismo pela ótica econômica, permitindo o levantamento de indicadores, variáveis, agregados e agentes econômicos, visando o aperfeiçoamento da atividade turística na economia interna e possibilitando a realização de comparação com as demais economias de outros países ao longo do tempo.

Segundo a EMBRATUR (1999), a Conta Satélite é um modelo elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para medir a extensão das atividades econômicas que não aparecem discriminadas como setores dentro do Sistema de Contas Nacionais (SCN)³. O Turismo, integra uma dessas atividades e junto a ele incorporam-se outras, como transporte, alojamento, serviços de alimentação,

³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse Sistema de Contas Nacionais (SCN) permitem não somente analisar a forma como cada setor participa da geração, apropriação, distribuição e uso da renda nacional e da acumulação de ativos não-financeiros, como também evidenciam as relações entre a economia nacional e o resto do mundo³. O SCN metodologicamente é um conjunto de contas e tabelas, baseado em certos princípios metodológicos. É um esquema coerente, sistemático e integrado de contas macroeconômicas, balancetes e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e regras contábeis aceitas internacionalmente. (EMBRATUR, 2005).

atividades recreativas e serviços de agências de viagens, dentre outros. Nesse contexto, justifica-se a idéia de desenvolver a Conta Satélite do Turismo (CST).

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1999), a CST é um projeto que engloba diversas representações inter-governamentais e segmentos da indústria, visando ajustar uma série de critérios globais e definições que mensurem a verdadeira contribuição do setor do Turismo na economia, isso funciona tangenciando a estrutura das Contas Nacionais em conformidade com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), nos seguintes aspectos:

- a) Participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB);
- b) Geração de postos de trabalho (diretos e indiretos);
- c) Formação bruta de capital fixo;
- d) Impostos e o papel do Turismo na balança de pagamentos do país.

A CST investiga a dimensão do setor turístico ainda precariamente definido nos Sistemas de Contas Nacionais (SCN), uma vez que este não se enquadrar como indústria, uma vez que se trata de uma atividade majoritariamente identificada pela prestação de serviços. A CST propiciará os dados passíveis de comparações internacionais desenvolvidos individualmente pelos institutos de pesquisas de cada país, como também, pela primeira vez, colocará o Turismo no mesmo patamar de igualdade dos demais setores da economia, na importância de participação econômica. O desenvolvimento da CST torna-se, portanto, uma oportunidade para definir o trabalho cooperativo entre a Administração Nacional do Turismo, os Institutos de Estatísticas Nacional e Bancos Centrais, respectivos a cada país participante.

Para o desenvolvimento de CST faz-se necessário a utilização dos princípios econômicos e a apropriação de diversos conceitos da macro e da microeconomia⁴, os quais fornecerão os elementos intrínsecos de análise para utilização da CST na compreensão do valor econômico do Turismo.

⁴ Segundo Mankiw: **Macroeconomia** é o estudo de fenômeno da economia como um todo, incluindo inflação, desemprego e crescimento econômico. **Microeconomia** é o estudo de como famílias e empresas tomam decisões e de como interagem nos mercados. (2005, pág. 832)

O capítulo seguinte apresenta o tratamento macroeconômico, que norteará os demais capítulos consecutivos com os fundamentos da Ciência Econômica, que segundo Mankiw (2005, p. 4)⁵ é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. Desta maneira podemos traçar um comparativo entre o conceito de economia, com as delimitações que cercam o Turismo, uma vez que o Turismo trabalha administrando, constantemente, recursos escassos, caracterizados pelos Recursos Naturais, Recursos Culturais e Bens Imateriais e Intangíveis.

⁵ MANKIW, Gregory N. Introdução à Economia - 3ª Edição, tradução Allan Vidigal Hastings, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

2. MACROECONOMIA DO TURISMO E SUA MENSURAÇÃO

2.1. Aspectos Macroeconômicos de Atividades Turísticas

A macroeconomia é o estudo da economia como um todo e visa explicar as mudanças econômicas que afetam muitas famílias, empresas, governos e mercados simultaneamente (MANKIOW, 2005). Trata de questões relacionadas à renda, ao preço, à produção e ao emprego, no que se refere ao funcionamento da economia. A macroeconomia de Atividades Turísticas, ou não turísticas, obedece aos três objetivos básicos, que segundo Stiglitz e Walsh (2003, p. 90) são: o *crescimento rápido*, o *pleno emprego* e a *inflação reduzida*. Internacionalmente, o equilíbrio das taxas de câmbio é tido, também, como um aspecto econômico relevante. Esses são os objetivos comuns a toda economia mundial sendo o setor do Turismo relevante ou não. No Brasil, o Turismo constitui forte elemento estratégico para se atingir esses três objetivos econômicos.

Estudar o *crescimento econômico* é um fundamental, pois os indicadores gerados possibilitam o acompanhamento do desempenho econômico de um país, veja positivo, por acúmulo de riquezas, ou negativo, por evasão de divisas. Sendo o crescimento positivo se torna um fator de grande contribuição para o aumento dos padrões de vida. No Turismo o impacto é sentido de forma bastante clara e direta, pois o crescimento econômico na economia global de um país reflete diretamente no consumo turístico devido ao favorecimento no padrão de vida da população. Uma vez que, quando há uma melhoria nos padrões de vida da população, as pessoas tendem a gastar mais, e muitas vezes esse gasto é destinado ao lazer, beneficiando o Turismo.

O paralelo existente, entre os gastos extras e investimentos em lazer, pode ser traçado baseado na Pirâmide de Necessidades de Maslow (FIGURA. 01), que mostra o comportamento das necessidades de consumo do ser humano em seus diversos estágios. O raciocínio é, uma vez que, as pessoas, tendo suas necessidades básicas (fisiológicas e segurança) satisfeitas e havendo crescimento econômico, evoluem para as necessidades do ego (sociais, estima e auto-realização), que implica em investimento em bens e serviços, favorecidas pela

hipótese da renda ser elevada. Satisfazendo, assim, seu ego e seus sonhos, ou seja, o LAZER.

Considerando que o Turismo faz parte do imaginário de consumo da grande maioria da população, pois trabalha na busca da satisfação dos sonhos e desejos das pessoas proporcionando o acesso a novas culturas, estudos, lazer, saúde, aventura etc. Ou seja, elevar o padrão de vida induz ao aumento do consumo turístico por parte das pessoas, conseqüentemente, a economia que envolve o Turismo aquecerá, demandando maior quantidade na produção de seus fornecedores (os demais setores da economia), i.e., denominado como *back Linkage*⁶. Este cenário de crescimento econômico favorece previsões positivas, no que tange ao planejamento de viagens, investimentos em empreendimentos turísticos, elaboração de políticas mais eficazes e eficientes, entre outras ações otimistas.

FIGURA. 01: Pirâmide de Necessidades de Maslow.



Fonte: Figura adaptada pela autora com base em Maslow, (2006).

A renda é tão sensível a variações do crescimento econômico, que uma taxa de crescimento de 3% a.a., faz duplicar a renda em apenas 25 anos, enquanto que

⁶ *Back Linkage*, ou efeito para trás – Impacto provocado pelo Turismo, quando há um acréscimo de uma unidade monetária, nos demais setores da economia. O inverso se denomina *Forward Linkage*, ou efeito para frente - Impacto provocado no Turismo, quando os demais setores econômicos sobrem um acréscimo de uma unidade monetária. Sugestão de literatura: FEIJÓ, C. A .et al. Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

uma taxa de 1,5% a.a., serão necessários mais de 45 anos para chegar ao mesmo resultado⁷. O crescimento econômico lento é um problema crucial para a maioria das economias em desenvolvimento. O *Produto Per Capita*⁸ é o indicador que permite comparar o crescimento entre diferentes países ou a evolução do produto dentro de um mesmo país, obtido pela divisão do produto total pela população total. Assim, para que haja aumento do nível médio do padrão de vida é necessário que a renda cresça mais do que a população.

Para observar o crescimento econômico no setor do Turismo, trabalha-se com doze atividades desagregadas dos macro-setores da economia, que são caracterizadas como turísticas: Transporte rodoviário de passageiros, regular; Transporte rodoviário de passageiros, não-regular; Transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos; Transporte aéreo, regular; Transporte aéreo, não-regular; Atividades de agências de viagens e organizadores de viagens; Atividades auxiliares do transporte terrestre; Atividades auxiliares do transporte aéreo; Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário; Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação; Atividades recreativas, culturais e desportivas; e Aluguel de automóveis e outros meios de transportes.

As doze atividades supracitadas devem, também, acompanhar a trajetória da taxa de câmbio⁹, uma vez que se trata de outro importante indicador, pois afeta significativamente no mercado de Turismo. Esta taxa tem no Turismo o importante papel de organizar as compras e vendas de empresas importadoras e exportadoras, bem como, facilitar as transações de consumo turístico em países diferente a residência do turista, (TRIBE, 2003). No caso específico da economia brasileira, o crescimento econômico do Turismo contribui e pode auxiliar ainda mais o seu crescimento econômico global da economia, tendo em vista que o Brasil é um país de grande potencial turístico em diversos segmentos (aventura, melhor idade, praia, histórico-cultural, gastronômico etc.). O Brasil como destino turístico internacional é muito convidativo, por razões de ordem natural, histórica e/ou de conjuntura

⁷ **STIGLITZ**, Joseph E; **WALSH**, Carl E, Introdução à Macroeconomia. 3ª Ed., tradução Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 90.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ Taxa de Câmbio, é o preço de uma moeda expresso em termos de uma outra moeda.

macroeconômica, como por exemplo, o câmbio desvalorizado em relação ao Dólar e ao Euro¹⁰.

Segundo Stiglitz e Walsh (2003, p. 100), a taxa de desemprego, é o indicador básico de oportunidades de emprego e da saúde do mercado de trabalho, outra das medidas de desempenho econômico. Vale a pena lembrar que um dos objetivos básicos da macroeconomia é assegurar o pleno emprego, de modo a proporcionar oportunidade a todos os que procuram trabalho ao salário de mercado. Sendo assim, o Turismo é um forte aliado na geração de novos postos de trabalho.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE¹¹, o segmento hoteleiro, intensivo em mão-de-obra e importante atividade turística, demanda em torno de R\$ 16.198,60 de valor de produção da atividade requerida para geração de uma unidade de emprego, valor este bem menor em comparação a outros setores econômicos, tais como, Indústria Têxtil (R\$ 27.435,20), Construção Civil (R\$ 28.033,00) e Siderurgia (R\$ 68.205,90).

Nos estudos de Lage e Milone (2001, p. 130), o Turismo é um setor intensivo em capital humano, demandando um elevado número de mão-de-obra, em relação aos demais setores da economia. Destacando-se como um eficiente meio de geração de novos empregos conforme evidenciado no GRÁFICO. 01. No entanto, como mostra a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2005)¹², a situação do Turismo no Brasil, não se encontra tão favorável. A atividade emprega pouco mais de 3% da força de trabalho, enquanto a média mundial é de 10%, chegando a 20% nos casos da França e da Espanha.

Estima-se que das ocupações geradas pelo Turismo, estas se apresentem abrigadas da seguinte maneira; cerca de 13,25% de trabalhadores por conta-própria, 4,33% dos trabalhadores qualificados do país, 7,29% de trabalhadores semi-

¹⁰ Essas são as moedas dos principais pólos emissores de turistas para o Brasil. A moeda estrangeira mais valorizada que o Real estimula não somente o Turismo como também o investimento estrangeiro no Setor, vis-à-vis as grandes bandeiras internacionais de hotéis, Sol Méliá (espanhola), Accor e Club Mediterranêe (francesa), entre outras. Isto acarreta um saldo positivo para o país, por favorecer a balança comercial brasileira com o aumento de divisas e fomentar novos postos de trabalhos.

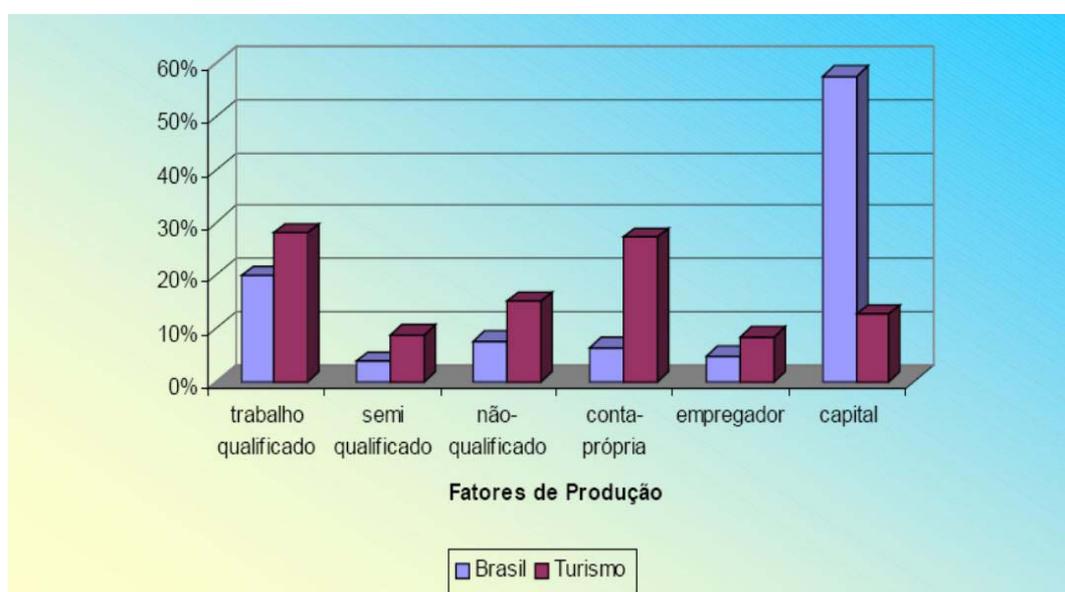
¹¹ FIPE, Meios de Hospedagem: Estrutura de Consumo e Impactos na Economia, 2006. Referência na publicação Turismo no Brasil 2007-2010, Ministério do Turismo, 2006.

¹² Informação retirada do site oficial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), www.oitbrasil.org.br.

qualificados e 6,13% de trabalhadores não-qualificados, dados apresentados por Arbache (2004)¹³.

O Turismo estimula o investimento em pequenas empresas ligadas indiretamente aos segmentos turísticos, que prestam uma diversidade de serviços que são utilizados pelos turistas como: farmácias, lavanderias, fotógrafos etc., que exigem níveis de investimentos menores e geram uma oferta de empregos significativa no setor.

GRÁFICO. 01: Geração de emprego no Turismo e no restante da economia.



Fonte: University of Nottingham e Centro de Excelência em Turismo CET/UnB, 2004.

O GRÁFICO. 01 deixa bastante claro o quão o setor do Turismo é intensivo em trabalho em comparação com o restante da economia, que se caracteriza por ser intensiva em capital. A economia brasileira como um todo aloca cerca de 58% em suas remunerações de capital humano, sendo que destes 58% o setor do Turismo participa com 13%¹⁴. Este é um fato de grande importância, uma vez que deixa claro que investimentos no setor do Turismo tendem a gerar mais empregos que investimentos nos demais setores, de uma forma geral.

O aumento da geração de emprego pelo Turismo implica diretamente na melhoria da distribuição de renda no país. Tal evidência ocorre ao observarmos o consumo de Turismo, concentrado na classe de famílias de Renda Alta da

¹³ Competitividade do Preço do Turismo no Brasil – Impactos Econômicos Inter-setoriais e Políticas Públicas, CET/UnB, 2002.

¹⁴ Ministério do Turismo, 2006.

população, com a significativa porcentagem de 15,15% sob o consumo geral das famílias, enquanto a remuneração das famílias pelo setor é distribuída de forma crescente, em termos relativos, dos mais ricos para os mais pobres. Com isso, podemos dizer que o crescimento do setor de Turismo, por meio de mecanismos mercadológicos, contribui para a transferência de renda dos mais ricos, por via do consumo, para os mais pobres, que lhes chegam pela remuneração¹⁵.

TABELA. 01: Turismo vis-à-vis a Economia Brasileira (2002) – **Consumo** por tipo de família.

Tipo de Família	Brasil	Turismo	(%)
Miserável	55.613.645,49	3.287.620,54	5.91%
Renda Baixa	149.332.474,40	6.234.610,94	4.17%
Renda Média	167.545.591,50	11.642.721,63	6.95%
Renda Alta	318.339.978,12	48.244.075,83	15.15%

* Nota: Valores em R\$ mil de 2002.

Fonte: University of Nottingham e Centro de Excelência em Turismo CET/UnB, 2004.

TABELA. 02: Turismo vis-à-vis a Economia Brasileira (2002) – **Remuneração** por tipo de família.

Tipo de Família	Brasil	Turismo	(%)
Miserável	52.432.242,55	4.318.211,77	8.24%
Renda Baixa	142.980.230,56	10.188.529,88	7.13%
Renda Média	104.197.592,91	6.210.570,66	5.96%
Renda Alta	189.907.390,17	9.334.406,77	4.92%

* Nota: Valores em R\$ mil de 2002.

Fonte: University of Nottingham e Centro de Excelência em Turismo CET/UnB, 2004.

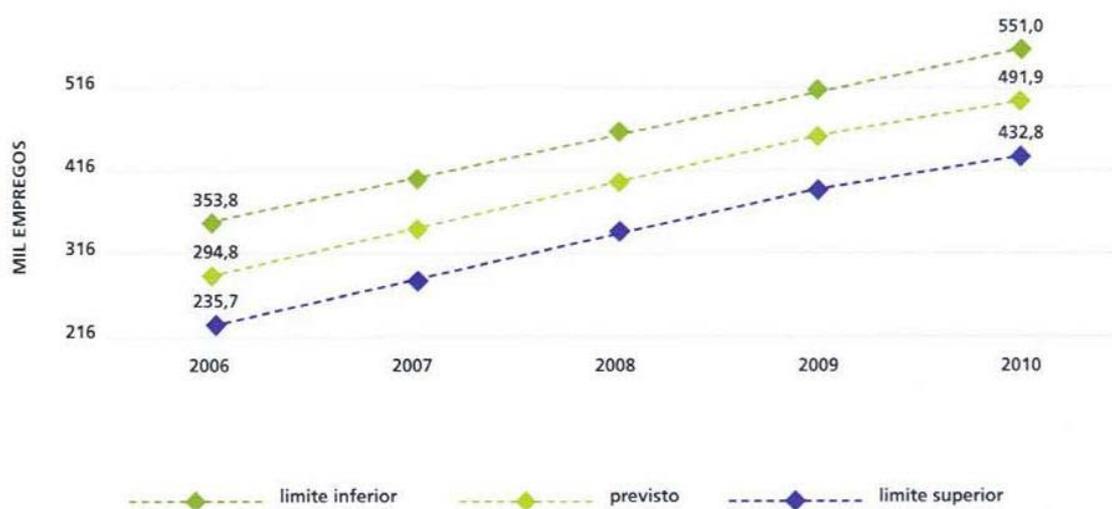
Dentro do pacote de metas a serem atingidas do Plano Nacional do Turismo – PNT, tanto na estimativa feita para os anos entre 2003 a 2007 e a atual projeção para o período de 2007 a 2010, o modelo gera automaticamente valores para as cinco metas, a *geração de empregos* no Setor de Turismo; *entrada de turistas*

¹⁵ Projeto de Pesquisa - Competitividade do Preço do Turismo no Brasil Impactos Econômicos Intersetoriais e Políticas Públicas - Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo – 2002. Christel Dehaan Tourism and Travel Research Institute – University of Nottingham e Núcleo de Economia do Turismo - Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

*estrangeiros no Brasil; entrada de divisas, desembarques domésticos e o índice de produto turístico de qualidade*¹⁶.

Na projeção otimista feito pelo MTur (2006), para o período de 2007 a 2010, a geração de novos postos de trabalhos diretos pelo Turismo, apresenta um aumento percentual significativo na ordem de 70% aproximadamente. O GRÁFICO. 02 mostra a trajetória de emprego e ocupação diretos com previsão de 334,9 mil novas ocupações diretas para o ano de 2007, chegando a 491,9 mil no ano de 2010. Na TABELA. 03 observa-se a geração de empregos e ocupações diretos, em valores acumulados, a partir de 2003, dados retroativos a esta data, apresentados pela EMBRATUR, seguem no ANEXO I.

GRÁFICO. 02: Empregos e ocupações diretos gerados por ano: Previsão.



Fonte: Ministério do Turismo, 2006.

TABELA. 03: Empregos e ocupações diretos: valores acumulados a partir de 2003 (em milhares)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Limite Superior				1.30,7	1.680,2	2.134,9	2.673,2	3.297,0
Valor Previsto	220,7	523,5	788,7	1.083,5	1.443,1	1.881,1	2.399,8	3.002,7
Limite Inferior				866,2	1.206,0	1.627,3	2.126,4	2.708,4

Fonte: Ministério do Turismo, 2006¹⁷.

¹⁶ Turismo no Brasil (2007-2010), 2006. Publicação do Ministério do Turismo e Conselho Nacional de Turismo.

Quanto ao comportamento da taxa de inflação, outro indicador que mostra sinais de uma economia sustentável, quanto mais baixa for a taxa de inflação, mais positiva será a avaliação de sustentabilidade do mercado econômico. Isto se reflete no nível geral de preço, que aumenta em consonância com a taxa de inflação, a qual se apresenta controlada, entre 2% e 4% a/a¹⁸.

Analisar o conjunto estes fenômenos (crescimento econômico, desemprego e inflação) é, co-assinalar os objetivos da macroeconomia. Entende-los, possibilita identificar as ações governamentais que, por meio de políticas públicas podem incrementar a eficiência do desempenho macroeconômico e atingir os três objetivos de crescimento rápido, pleno emprego e baixa inflação. Para auxiliar a análise e a intervenção macroeconômica, os economistas desenvolveram maneiras de mensurar monetariamente diversas variáveis macroeconômicas. Surgiu, então, o Sistema de Contas Nacionais ou a Contabilidade Nacional.

2.2. As Contas Nacionais: Mensuração de Variáveis Macroeconômicas

Segundo Ingvar Ohlsson¹⁹ a Ciência Econômica ocupa-se com pesquisas direcionadas à elaboração de métodos de levantamento de informações quantitativas, sistemáticas e interligadas, que levem à compreensão, estimativa e à contabilidade das atividades econômicas dos países.

Um dos mais importantes trabalhos da Ciência Econômica consiste em classificar os variadíssimos fenômenos da vida econômica, procurando reuni-los em grupos que, a partir de determinadas metodologias, sejam homogêneos e apropriados para generalizações interpretativas da realidade. Assim, os economistas, em todas as épocas, sempre se preocuparam em elaborar, por meio de classificações adequadas, sistemas de informações quantitativas, por intermédio dos quais os muitos e variados detalhes que formam a vida econômica pudessem amoldar-se a esquemas simplificados de interpretação. (Rossetti, 1986, p. 19)

¹⁷ Os valores apresentados na TABELA. 03, até 2005 são valores observados, repassado pelo Ministério do Turismo/EMBRATUR de 2006 a 2010 são valores previstos pelo Centro de Excelência em Turismo - CET/UnB.

¹⁸ Taxa estimada na economia Norte Americana, por ter maior refinamento na análise dos dados do que o Brasil, nos dias de hoje.

¹⁹ Citação referenciada por Rossetti, 1986. p. 19.

Neste sentido, as variáveis macroeconômicas têm significativo valor nas Contas Nacionais, fazendo com que haja um constante trabalho na tentativa de desenvolver métodos que possibilitem a montagem de sistemas conceituais aos quais se ajustem as informações quantitativas sobre as atividades econômicas da nação. Todavia, é importante salientar, que a Contabilidade Social não representa por si só uma ciência, e sim uma forma de estatística econômica, de origem contábil, que se propõe a apresentar valores que expressem os montantes das transações econômicas verificadas em um determinado período de tempo em uma economia nacional. (ROSSETTI, 2003).

A Contabilidade Social é derivada da necessidade de quantificar as principais variáveis definidas pela teoria macroeconômica de Keynes. Possui suas próprias bases técnicas, seus próprios sistemas de contas e registros e seus próprios esquemas conceituais. Contudo os sistemas usuais trabalham com grandes agregados e apenas com variáveis de fluxo, o que não permite um profundo detalhamento das transações de determinados setores.

Segundo a concepção de Richard Stone²⁰, “os Sistemas de Contas Nacionais constituem uma representação ordenada do que acontece nos sistemas econômicos, expressa por meio das transações que se verificam entre as diversas partes que os compõem”. Eles têm, portanto, por objetivo a estimativa de todas as transações econômicas observadas dentro das economias nacionais e entre estas e as do resto do mundo. Nesse contexto, as contas não mostram o estado econômico da nação, mas sim, o comportamento e o montante das transações de seus agentes, conforme assinala Rossetti (1986).

Por isso, é necessário identificar os agentes ativos da macroeconomia, são eles as *Unidades Familiares, Empresas, Governo e Resto do Mundo*. Em economias fechadas, participam apenas os três primeiros agentes ativos, ao contrário das economias abertas nas quais se incluem as outras economias mundiais²¹. Cada um desses agentes ativos pode ser definido conforme se segue:

- **Unidades Familiares**, compostas por indivíduos envolvidos no processamento das atividades primárias, secundárias e terciárias da

²⁰ Citação referência por Rossetti José Paschoal, Contabilidade Social. 4ª Ed. São Paulo, SP: Atlas, 1986. p. 48.

²¹ ROSSETTI, José Paschoal, Contabilidade Social. 4ª Ed. São Paulo, SP: Atlas, 1986. p. 52-58.

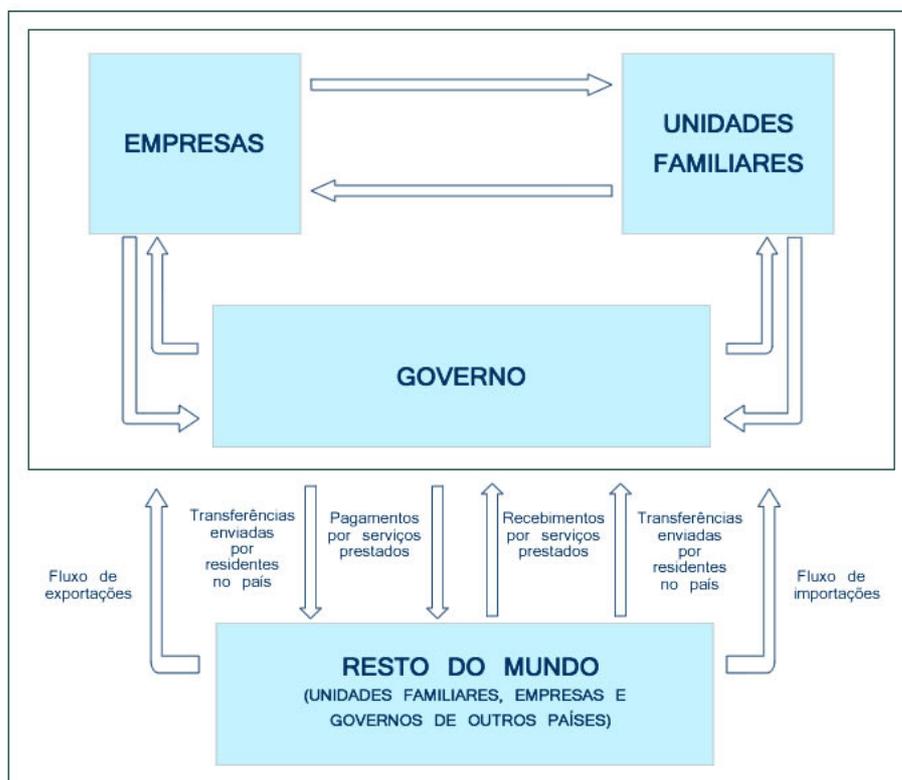
economia, assim como, aqueles que recebem as transferências pagas pelo sistema de previdência social ou por outras entidades, em suma, todos aqueles capazes de participarem dos resultados da produção, por meio da aquisição dos bens e serviços disponíveis no sistema, o que concede as Unidades Familiares diferentes tipos de renda, salários, alugueis, juros, lucros e dividendos. O poder decisório da utilização de suas rendas que compete as Unidades Familiares tem o importante papel no destino do fluxo global da economia.

- **Empresas**, formadas pela produção, das atividades primárias, secundárias e terciárias, dos bens e serviços que satisfazem as necessidades de consumo das Unidades Familiares, como também são as geradoras das remunerações das mesmas. Sua operação é um ininterrupto sistema de *entradas-e-saídas*. Empresas integradas no processamento da produção, resultam na oferta agregada dos mais diferentes tipos de bens e serviços.
- **Governo**, entende-se como “um agente coletivo que contrata diretamente o trabalho de Unidades Familiares e que adquire uma parcela da produção das Empresas para proporcionar serviços úteis à sociedade como um todo”, assim defini Edey Peacock (1963)²². O governo como agente ativo, engloba os órgãos federais, as administrações estaduais e municipais e outras repartições públicas que proporcionam algum tipo de serviço de uso público e coletivo, são exemplos: saneamento, educação, segurança e lazer.
- **Resto do Mundo**, esta seção destina-se a registrar as transações econômicas entre unidades familiares, empresas e governo de um país com outros países com agentes semelhantes. Para melhor compreender, citam-se como exemplos os fluxos de importações e exportações, os pagamentos pelos serviços internacionais e as transferências unilaterais dos residentes de um país em favorecimento a outro residente em outros países.

²² Citação referenciada por Rossetti, 1986, p. 54.

Cada um dos agentes ativos descritos, possuem uma inter-relação, entre os mesmos, como esta mostra a FIGURA. 02.

FIGURA. 02: Modelo Completo de economia aberta: relação entre os agentes econômicos do país com o resto do mundo.



Fonte: Figura adaptada pela autora com base no modelo de economia aberta de Rossetti (1986).

Essas inter-relações entre os agentes ativos da macroeconomia – as Unidades Familiares, as Empresas, o Governo e o Resto do Mundo, ocorrem esquematicamente como representa o modelo completo de economia aberta (FIGURA. 02), que indica os fluxos básicos observados nas economias das nações, à medida que se desenvolvem as atividades fundamentais de produção, geração de renda e dispêndio (ROSSETTI, 1986, p. 54). Para melhor compreensão desses fluxos, descreve-se inicialmente o funcionamento do modelo de uma economia fechada e sem governo, constando somente Unidades Familiares e empresas, posteriormente com a inclusão do governo e por fim o resto do mundo.

As inter-relações básicas evidenciam de um lado, as Unidades Familiares e de outro, as Empresas. As Unidades Familiares são detentoras de capacidade de trabalho, capacidade empresarial, recursos de terra, ativos reais e poupanças, i.e.

pagamentos (aos preços de mercado) dos bens e serviços finais adquiridos e fornecimento de recursos de produção. As Empresas fornecem bens e serviços finais que satisfazem aos desejos da sociedade, e também, remunerando os recursos empregados (pagos sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros).

Há também os fornecimentos intermediários, estruturados por uma complexa rede de pagamentos entre as empresas. Em termos gerais as empresas realizam pagamentos entre elas e remuneram as unidades familiares pelos recursos de produção por elas fornecidas. De posse dessas remunerações, as unidades familiares adquirem os bens e serviços finais, o que fecha este circuito, pois re-transferem às empresas as remunerações que delas receberam, ao pagarem por suas aquisições de bens e serviços finais.

A inserção do agente governo no sistema não altera a essência, as características e o funcionamento do modelo apresentado anteriormente. Com a inclusão desse agente o esquema passa a demonstrar os fluxos do modelo completo de economia fechada. As inter-relações entre as Unidades Familiares e Empresas se mantêm e, ao incluir o agente governo, este passará também a empregar recursos advindos das unidades familiares obtendo das empresas, os bens e serviços necessários às suas operações.

O fornecimento de serviços públicos e a formação do capital social básico, têm origem nas aquisições governamentais, por meio dos pagamentos de tributos, tanto por parte das unidades familiares, quanto das empresas. (ROSSETTI, 1986, p.57). Por fim, o modelo completo de economia aberta com a participação do Resto do Mundo, as relações existentes internamente no país permanecem, porém agora com a ação dos agentes das economias dos outros países importações e exportações. Observam também, as transferências financeiras entre os residentes em diferentes países, além dos recebimentos e pagamentos por serviços internacionais.

2.2.1. Aferição do Produto Interno Bruto (PIB) e da Renda

Segundo Stiglitz e Walsh (2003. p. 91), o PIB²³ é o valor monetário, valor do produto em dinheiro, total de todos os bens e serviços finais²⁴ produzidos dentro das fronteiras nacionais durante dado período (em geral, um ano). A produção total da economia é composta por uma grande diversidade de bens e serviços. Na aferição do PIB inclui-se tudo, do limão da caipirinha a viagens aéreas e de cortes de cabelo e barris de petróleo, sem fazer distinção se a produção é oriunda de atividades do setor privado ou do setor público ou que os bens e serviços sejam adquiridos por famílias, governos ou setor externo.

Entretanto, é necessário destacar que se for somado o valor monetário total de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado ano X, o que resultará no PIB em X e ao comparar como o seguinte ano Z, que corresponde ao PIB em Z, sem nenhuma correção, excluindo as variações nos preços, ter-se-á o PIB Nominal. Esse PIB Nominal, para uma análise comparativa poderá gerar problemas, pois o valor da moeda (dinheiro) varia ao longo do tempo. Assim, a quantidade A de um produto adquirido pelo valor de R\$ 1,00 no ano X, no ano, seguinte, Z esta mesma quantidade A do mesmo produto custará mais que R\$ 1,00. Isso levará a um falso raciocínio de que o ano Z terá um PIB superior ao do ano anterior X. Para suplantar essa limitação do PIB Nominal²⁵, é utilizado o PIB Real.

O cálculo do PIB Real²⁶ oferece a medida precisa do quanto a economia produz a cada ano. Essa aferição tem como objetivo medir as variações econômicas ao longo do tempo, observando a quantidade de bens e serviços produzidos pela economia, sem a influência das variações nos preços dos mesmos, (MANKIWI, 2005. p. 489). Para isso, utiliza-se referência à data pelo o qual os preços serão fixados para cálculo de *ano-base*.

Estes dois modos de cálculo do PIB (real ou nominal), possui cada um três diferentes óticas de análise pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN), que geram o

²³ Para fins aritméticos o PIB é calculado pela equação $Y = C + I + G + EL$, onde Y = PIB, C = consumo, I = investimento, G = gastos do governo e EL = exportações líquidas.

²⁴ Bens e Serviços Finais, segundo Stiglitz e Walsh (2003. p.90), entende-se por aqueles produtos que são vendidos para o consumo final e que não são utilizados na fabricação de outros produtos.

²⁵ PIB Nominal – produção de bens e serviços avaliada a preços correntes. (MANKIWI, p. 489).

²⁶ PIB Real – produção de bens e serviços avaliada a preços constantes, (MANKIWI, p. 489), valor fixado referente a um ano-base.

mesmo resultado, são elas: a *ótica do valor agregado*, a *ótica da renda* e a *ótica do valor adicionado*²⁷, veja o comportamento de cada uma delas:

- **Na ótica do Valor Agregado** o calculo efeito pela soma do valor monetário total de todos os bens e serviços produzidos, segundo seus usuários finais.
- **Na ótica da Renda** é realizado o levantamento da renda gerada pela venda dos produtos em lugar do valor dos próprios produtos, uma vez que *o produto agregado é igual à renda agregada*.
- **Na ótica do Valor Adicionado** são considerados os bens intermediários. Descontam-se os custos dos bens intermediários da receita da empresa e o valor PIB dar-se-á pela somatória do valor adicionado em cada estágio da produção.

2.3. As limitações do Sistema de Contas Nacionais.

Dentre as diversas limitações do SCN, algumas delas são caracterizadas como sendo de *inconsistência extrínseca*. Essas limitações relacionam-se ao extravio de elementos fornecidos por esses sistemas. Os modelos econômicos, pressupostamente alimentados por informações quantitativas extraídas dos Sistemas de Contas Nacionais, mostram-se inábeis a atender as questões demandadas no momento de composição das políticas econômicas de longo prazo, restando assim elaborá-las exclusivamente com dados advindos desses sistemas, o que pode resultar em ineficácia e restrição operacional. Importantes aspectos reais não são revelados pelos Sistemas de Contas Nacionais, o que obriga a política econômica ser concebida como instrumento de gestão conjuntural, direcionada para o curto prazo.

Dois exemplos desse tipo de limitação é o tratamento dado pelo SCN ao nível de emprego e ao nível de preços. Como será visto, essas duas variáveis macroeconômicas são marginalmente capturadas no SCN.

²⁷ Para economia como um todo, a renda deve ser igual à despesa. (MANKIW, 1998).

▪ Taxa de Desemprego

Em uma economia em retração, o acompanhamento da taxa de desemprego torna-se uma das preocupações dos analistas econômicos, quanto ao crescimento da economia. Como mostra Stiglitz e Walsh, (2003. p. 100) o desemprego representa uma subtração de recursos na economia global, tendo em vista que retira aquelas pessoas que estão dispostas e aptas a trabalhar aos salários de mercado correntes. Para aqueles que se encontram desempregados e para suas famílias, esta situação representa uma alteração brusca, ou não, no modo de vida. É um impacto negativo social, além de econômico.

Na hipótese do desemprego estender-se por um prazo mais longo, a pessoa se tornará incapaz de arcar com suas contas básicas – água, luz, telefone e aluguel, fazendo-a reduzir seu padrão de vida e de sua família, podendo atingir até sua auto-estima. Na faixa etária dos mais jovens o desemprego, provoca a redução da produtividade da força de trabalho futura. Entre os de meia-idade e mais velhos, a situação se torna um ponto de tensão interna nas famílias entre aqueles que trabalham e aqueles que se encontram desempregados²⁸.

Essa situação gera, da perspectiva econômica, um custo para as comunidades, pois além das dificuldades sociais provocadas, há redução da renda, restringindo o consumo de bens e serviços. Conseqüentemente, haverá diminuição da arrecadação com os impostos locais e deterioração da qualidade dos serviços públicos: escolas, posto de saúde, policiamento. Prolongando-se tal situação, haverá redução do fluxo de circulação da moeda no mercado, podendo impactar na substituição por bens e serviços mais baratos, chegando até na sua eliminação do mercado parte da comunidade. A conseqüência será elevação dos preços correntes dos produtos. De acordo com a lei da demanda e oferta, reduzindo-se a demanda e a oferta continua a mesma, os preços tendem a aumentar para compensar o custo de produção, contribuindo para redução do padrão de vida da população.

Para o cálculo da **taxa de desemprego**, é importante considerar que as famílias podem ser classificadas em três categorias: *empregados*, são aqueles que trabalham na maior parte da semana de forma remunerada; *desempregados*, são as pessoas afastadas temporariamente, porém á busca de trabalho; e aqueles que

²⁸ Outros implicadores decorrentes do desemprego – a marginalização, o consumo de drogas, a exclusão social, divisão racial, entre outros.

estão *fora da força de trabalho*, como os estudantes, donas de casa e aposentados. A **População Economicamente Ativa (PEA)**²⁹ é composta por aqueles que estão empregados ou à procura de um emprego, denominada, também, de *força de trabalho*.

A taxa de desemprego é resultado do quociente entre o número de desempregados e o total da PEA. A porcentagem entre a força de trabalho e a população adulta, é denominada, de **taxa de participação da força de trabalho**.

Esses são os principais indicadores interligados na formulação de políticas econômicas para atingir o pleno emprego, embora reconheça-se que sempre haverá a *taxa natural de desemprego* na economia, ou seja, o nível de desemprego que a economia registra naturalmente (MANKIW, 2005. p. 570).

▪ Taxa de Inflação

A Taxa de Inflação é a denominação dada a um aumento do nível geral de preços, registrado no correr do tempo, na mesma proporção, em diversos produtos, uma mesma economia (STIGLITZ e WALSH, 2003. p. 105) ou como uma queda no poder de compra do dinheiro (TRIBE, 2003. p. 293). A inflação não é reconhecida quando há um aumento isolado de um ou dois bens, mas quando o preço da maioria dos bens sofre um aumento. Chama-se de *inflação positiva*, quando há o aumento no nível médio de preços, representando a necessidade de uma quantidade maior de moedas para a compra da mesma cesta de bens e serviços.

Para acompanhar o movimento da variação ano a ano do nível geral de preços, existem vários *índices de preços*, cada um deles utilizando uma cesta de bens diferentes, que facilitam comparações e medem o nível de preços em qualquer ano dado relativamente a um ano-base comum, que neste caso se iguala a 100, por definição. Um dos indicadores de maior expressão é o *Índice de Preços ao Consumidor*, ou IPC, que é determinado por uma cesta de bens que representa os gastos médios de uma família.

Além da *inconsistência extrínseca*, o SCN se depara também com limitações decorrentes de sua *inconsistência intrínseca*. Essas limitações relacionam-se a problemas de ordem conceitual, metodológica e estatística. Mesmo com evoluções conceituais e metodológicas que marcam o desenvolvimento dos Sistemas de

²⁹ Segundo o IBGE a população economicamente ativa, corresponde à faixa etária entre 16 a 59 anos de uma localidade.

Contas Nacionais, ainda persistem algumas questões que colocam em dúvida sua base de construção. Isto se intensifica nos países em desenvolvimento, por duas razões básicas. A primeira, pela elevada presença das atividades de subsistência, onde suas transações econômicas não são monitorizadas. A segunda razão deriva da inconsistência dos dados estatísticos econômicas e a falta de informações apresentados sobre inúmeros eventos econômicos que seriam de interesse para as mensurações agregadas. Deste modo, os economistas e estatísticos responsáveis pela construção dos Sistemas de Contas Nacionais são, por vezes, forçados a recorrer a processos de estimação (denominados imputações) que nem sempre são capazes de apropriar corretamente todas as transações econômicas. Os níveis de consistência das estimativas passam então a ser condicionados pela capacidade, imaginação, eficiência e feeling dos encarregados de construir os sistemas de contas.

2.4. Turismo nas CN's: Limites de Mensuração

As seções anteriores mostraram que as Contas Nacionais trabalham com setores e sub-setores de produção de forma agregadas na busca de quantificar as variáveis relevantes da teoria macroeconômica Keynesiana. As limitações apontadas por Zerkowski (1975)³⁰, de inconsistência extrínseca e intrínseca são particularmente limitantes para fornecer elementos para a análise e formulação de políticas públicas de setores sociais e econômicos que passaram a assumir relevância crescente nas últimas décadas.

Entre esses setores podem ser citados a intermediação financeira, o uso e a conservação da natureza e as atividades turísticas que será mais explorada nesse estudo. O primeiro ponto a ser discutido é aquele de ordem conceitual. Considerando-se a classificação das transações, pode-se indagar quais as atividades, relacionadas ao Turismo, que devem ser incorporadas às estimativas pela sua natureza. Contudo, mesmo que se estabeleçam bases conceituais

³⁰ **ZERKOWSKI**, Ralph M. "Usos e limitações do Sistema de Contas Nacionais", em Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, Rio de Janeiro, 5 (2), dezembro de 1975. Citação referenciada por Rossetti (1986, p. 68-70).

universalmente satisfatórias, persistirá a limitação relacionada à disponibilidade de estatísticas básicas.

O Turismo sofre da limitada disponibilidade de dados e quando existem nem sempre são confiáveis. Por outro lado, quando há o refinamento dos mesmos o seu conhecimento fica restrito aos centros de pesquisas e alguns órgãos públicos, limitando assim a disseminação do conhecimento e de informações ligadas ao setor Turismo.

Devido a tais lacunas de dados que não são mensurados pelo SCN's, por falta de instrumentos mais criteriosos e detalhados, há constantes ruídos na análise da inter-relações do setor de Turismo com os demais setores econômicos; principalmente com o resto do mundo, evidenciando com isso, a intrínseca carência de uma metodologia afinada com as necessidades descritas até o presente momento.

A valoração e a participação da produção turística na economia são, portanto, ações que esbarram com peculiaridades sofridas há tempos atrás por outras áreas, tais como, educação, saúde e meio ambiente, devido as falhas ou a não existência de fontes recorrentes de cálculos ou demonstrativos da contabilidade nacional confiáveis.

2.5. As Contas Satélites: Substitutos ou Complementares às CN's

Conforme foi observado o Sistema da Contas Nacionais possui algumas limitações que podem ser tanto conceituais e metodológicas, quanto devido ao extravio de elementos por ele mesmo fornecido. Atualmente, novas ações têm sido sugeridas para a obtenção mais precisa de informações sobre esses novos setores econômicos para os quais as Contas Satélites têm sido propostas visando a classificá-los e quantificá-los estatisticamente.

O tema Contas Satélites tem sido bastante discutido no momento em que é questionado o seu papel em relação às Contas Nacionais. Em 1952, a ONU, padronizou os métodos da CN's, com vista a facilitar a apuração dos dados, favorecendo a comparação internacional de resultados, apresentando uma estrutura que descreveria os principais fluxos relacionados à produção, consumo,

acumulação, atividades econômicas do governo e transações econômicas com o exterior.

Em 1976, o IBGE publica a Matriz de Relações Inter-industriais da produção de bens e serviços da economia brasileira e desde então vem buscando aperfeiçoar seus critérios de aferição, análise e atualização da metodologia utilizada.

As metodologias manifestadas pela Conta Satélite do Turismo, estão sendo bem vistas pelo setor turístico brasileiro uma vez que responde satisfatoriamente às dificuldades existentes para determinar a renda decorrente do consumo da produção dita turística e assinalar o limite do que é Turismo, pela ausência da clara definição, do que vem a ser uma atividade turística no contexto econômico.

Assim, nesse cenário, confirma-se a necessidade de sistematização coerente e rigorosa que permita avaliar os impactos do Turismo na renda nacional e compará-lo ao resto do mundo, ao longo do tempo. Entretanto, a falta de uma conceituação generalizada e aceita da atividade turística, impede uma correta estimativa, setor por setor, do valor agregado gerado pelas múltiplas atividades contidas no Turismo em relação a cada um deles e no conjunto da produção nacional.

Neste capítulo foram abordadas questões importantes que dão estrutura ao funcionamento da economia do Turismo. Quando se fala em atividade turística na economia, é necessário, antes de tudo, entender os aspectos de *crescimento rápido, pleno emprego e inflação reduzida*. Para atender ao foco deste estudo é oportuno compreender as limitações do Sistema de Contas Nacionais na mensuração dos segmentos turísticos na participação do PIB Nacional e a complementaridade da Conta Satélite do Turismo na busca por compilação efetiva dos dados no setor. Por meio desses fatores, é possível acompanhar o desempenho econômico de um país, pois são ligados entre si e cooperam para o aquecimento global da economia do Turismo.

A Conta Satélite do Turismo (CST) interessa-se, inicialmente, pelo efeito do Turismo sobre a oferta e a demanda de bens e serviços, sobre o nível geral da atividade econômica e sobre o emprego. Na seqüência trataremos dos seguintes aspectos pontuais: origem e histórico, metodologia e aspectos robustos e frágeis, a utilização da CST como auxílio para os planos de desenvolvimento turístico e a relação entre a CST e os outros instrumentos de planejamento.

3. CONTA SATÉLITE DO TURISMO:

Diversas atividades econômicas podem ser incorporadas ao que é conhecido como Turismo. Essas atividades são carentes de informações fidedignas, comparáveis no tempo e consistentes, sobre sua contribuição ao Turismo, isso devido à dificuldade de mensurar isoladamente a participação de cada um dos segmentos ligados à atividade. Com o intuito de reverter esta situação de dificuldade e unificar os critérios de aferição da economia turística nos países, vem-se buscando desenvolver a Conta Satélite do Turismo (CST). Atualmente, a CST encontra-se implantada em alguns países, que a adotaram como aliada importante para o desenvolvimento do Turismo. Dentre esses países podem ser mencionados Austrália, Canadá, República Dominicana, Chile, França, México, Nova Zelândia, Noruega, Cingapura, Suécia e Estados Unidos, entre outros. Em fase de implantação do novo sistema encontram-se Brasil, Argentina, Espanha e Suíça.

Segundo o Alaska Department of Commerce, Community and Economic Development:

The Tourism Satellite Account (TSA) is a unique approach to quantifying the effects of travel and tourism on an economy. It is more detailed, more accurate, and more comprehensive than traditional economic impact approaches. The TSA was developed by the World Tourism Organization under the auspices of the United Nations to overcome challenges to measuring a service sector that is historically underrepresented. (October 25, 2004.)³¹.

O Secretário-Executivo do Ministério do Turismo (MTur), do Brasil, Márcio Favilla (2005), diz que:

O que a Conta Satélite permite e vai permitir a todos os países mostrarem o papel do Turismo na atividade econômica enquanto gerador de emprego, de renda, de divisa, de valor agregado de renda, de receita fiscal, todos os benefícios diretos e indiretos que o Turismo gera para a economia do país³².

O método proposto pela Conta Satélite do Turismo (CST) busca propiciar informações que contribuam para uma medida mais acurada e específica da

³¹ Tradução livre da autora: *A Conta Satélite do Turismo (CST) é única abordagem que quantifica os efeitos das Viagens e do Turismo na economia. Com mais detalhes, mais exatidão e mais abrangente do que as tentativas de aproximação tradicional dos impactos econômicos. A CST foi desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo sob a provocação das Nações Unidas de se superar com o desafio de mensurar o setor de serviços, que historicamente é sub-representada.*

³² Nota publicada no site da Organização das Nações Unidas, www.un.org.

importância do Turismo na economia³³. Argumenta-se que, aplicando a metodologia da CST, o Brasil será capaz de medir a real contribuição da renda gerada pelas atividades turísticas na economia brasileira, incluindo os gastos de pessoas físicas e jurídicas. Esta metodologia tornaria possível identificar, no conjunto das atividades econômicas dos países, aquelas que sofrem os efeitos do movimento turístico nacional e internacional³⁴.

De acordo com o Diretor de Estudos e Pesquisas da EMBRATUR, José Francisco de Salles Lopes³⁵ (2005):

A conta satélite, ao mensurar o valor gerado pelo movimento turístico no conjunto de atividades econômicas tão distintas, como as de alojamento, alimentação, transportes, recreativas e culturais, entre outras, possibilita a identificação do real impacto que o Turismo gera nas economias nacionais e regionais medidas pelo PIB nacional e regional. Por isso, mostra-se de fundamental importância.

Segundo os Economistas com especialização em Contas Nacionais Jocelyn Lapierre e Duane Hayes (1994)³⁶:

The TSA identifies which industries benefit from tourism demand and shows the value added by tourism industries, the relationships between supply of and demand for tourism commodities, the number of jobs depending on tourism as well as the indirect taxes generated by the sale of goods and services to tourists and same-day visitors³⁷.

3.1. Origem e Desenvolvimento da CST

Conforme Carson & Grimm (1991)³⁸ na década de 60, a França lança-se no mercado como o primeiro país a desenvolver “Contas Satélites” ligadas ao Sistema de Contas Nacionais, inicialmente analisando o Setor de alojamentos.

³³ Conta Satélite do Turismo – CST, Brasil, 1999. EMBRATUR.

³⁴ Nota publicada pelo Globo On Line em 29 de setembro de 2005, em referência a Conferência Internacional “A Conta Satélite do Turismo (CST): Compreender o Turismo e Desenvolver Estratégias” a ser realizada no mês seguinte em Foz do Iguaçu.

³⁵ Em nota divulgada pelo Ministério do Turismo ao Globo On Line.

³⁶ National Income and Expenditure Accounts, Second Quarter 1994

³⁷ Tradução livre da autora: A CST identifica quais são os benefícios econômicos advindos da demanda do Turismo e mostra o valor adicionado pela indústria do Turismo, a relação entre a oferta e a demanda por consumo turístico, o número de empregos que dependem do Turismo, assim como, a geração de taxas indiretas promovidas pela venda de bens e serviços para turistas e excursionistas (visitantes).

³⁸ Citação referenciada no periódico Tourism Management N° 20, 163-170 por Douglas C. Frechtling, 1999.

Posteriormente, segundo a EMBRATUR (CST, 1999) na década seguinte e mantendo a sua vanguarda, a França forma um esboço do desenvolvimento de planos operacionais para quantificar os impactos econômicos do Turismo, dando origem a expressão Conta Satélite do Turismo (CST). O termo foi criado para designar as práticas contábeis em áreas específicas que não se encontravam corretamente identificados no Sistema de Contas Nacionais (SCN), embora pudessem ser consideradas “Subsistemas Satélites” dentro da SCN.

Segundo a EMBRATUR (CST, 1999) a evolução das ações e dos projetos da CST pela OMT para avaliação do Turismo na Economia pode ser fichado em três etapas:

a) Conceituação e Classificação das Estatísticas correlacionadas ao Turismo: Esta foi uma etapa apurada entre o período de 1937 a 1980, destacando o ano de 1978, data de aprovação pela Comissão de Estatística da ONU das diretrizes provisionais vinculadas a estatísticas do Turismo Internacional;

b) Aferição do Significado Econômico do Turismo, a partir do Sistema Contas Nacionais (SCN): Esse período teve início na década de 80 estendendo-se até o ano de 1991. A OMT propõe alterações nas definições e classificações do Turismo, vis-à-vis compatibilidade e integração às CN. Em 1983, dados obtidos de resultados simulados referentes aos impactos econômicos do Turismo no ano base de 1968, são apresentados em Nova Delhi. Em 1991, há o desenvolvimento do Manual de Contas Econômicas do Turismo; no mesmo ano ocorre a Conferência Internacional sobre Estatística do Turismo e Viagens, realizada em Ottawa, Canadá, com mais de 200 representantes de 90 países com o intuito de debater vários conceitos e similitude que envolver a atividade turística, seus impactos econômicos e estabelece um meio credível e comparável de avaliar as atividades econômicas do Turismo em relação às outras ramificações de atividades que compõem a Economia Nacional e desenvolver um quadro (matriz) que relacione dados referentes às atividades turísticas com os outros setores econômicos. Nesse momento, assim completa-se o ciclo, com a proposição de se desenvolver o sistema de Conta Satélite do Turismo (CST).

c) Proposições e Avanços para Concepção de um Método Específico de Avaliação dos Impactos do Turismo na Economia, a CST: Em 1982, a OMT designa o Professor José Quevedo, responsável pela elaboração das Contas Nacionais (CN) espanholas do Instituto Nacional de Estatística (INE), para preparar um documento indicando os meios que caracterizem o Turismo, tendo como referência o Sistema de Contas Nacionais (SCN) de 1968. No ano seguinte, a OMT menciona o sistema como sendo um instrumento que permite igualar e abranger diversas maneiras de mensuração do Turismo e de comparação com outros setores da economia³⁹.

Em 1989/90 o Brasil, por convênio firmado entre Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e a OMT, com apoio do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), realiza estudos para avaliar os impactos do Turismo, abalizado pela consultoria técnica da OMT. O projeto de pesquisa consiste no estabelecimento de um modelo de avaliação dos impactos econômicos do Turismo, fundado no Sistema de Contas Nacionais (SCN93) e na Matriz de Insumo-Produto (1980).

Na década de 90 a OMT mostra-se adiantada e firme no desenvolvimento do projeto para Conta Satélite do Turismo (CST). Em 1992, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) inicia a análise das Contas Econômicas do Turismo. No ano subsequente, a Comissão de Estatística da ONU adota as recomendações propostas pela OMT na Conferência de Ottawa (1991) relativa às definições e classificações uniformes do Turismo e sobre a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (CIUAT).

Entre os anos de 1993 e 1995 alguns países encontravam-se em fase de consolidação de seus sistemas de CST; Noruega, Suécia, Estados Unidos, República Dominicana, México e em 1994 Canadá manifesta-se como país pioneiro no desenvolvimento da CST. Em 1997, o Comitê de Turismo do OCDE expõe uma primeira proposta da Conta Satélite do Turismo (CST) para seus países membros. No ano seguinte, em 1998, é publicada a 4ª e última versão, utilizada pelo secretariado da OMT no México. Neste mesmo período, em nível privado, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), elabora metodologia focada na demanda, a partir dos gastos dos visitantes.

³⁹ Secretário Geral da OMT no período de 1982-1983.

Na Conferência Mundial Enzo Paci sobre a Avaliação da Incidência Econômica do Turismo, celebrada em junho de 1999 em Nice, França, a OMT se compromete, com os 120 países⁴⁰ reunidos, em prosseguir na aprovação junto a Comissão de Estatística das Nações Unidas (CENU) dos princípios básicos incluídos no Marco Conceitual da CST, que visa desenvolver planos de ação; impulsionar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Estatística direcionado ao Turismo; preparar documentos e diretrizes de apoio à elaboração da CST em países de níveis diferentes de conhecimentos técnicos, recursos, necessidades e experiências diversas na área; programar seminários e reuniões técnicas, prosseguir com a aplicação de definições e classificações turísticas; e realizar encontros técnicos de assistência aos países em desenvolvimento para criação da CST⁴¹.

Entre o período de 29 de fevereiro a 3 de março de 2000, na sede da Nações Unidas, em New York, a Comissão de Estatística das Nações Unidas (CENU), aprovou o documento apresentado pela OMT com as normas internacionais da CST, “Conta Satélite do Turismo (CST): Referências Metodológicas⁴²”. Este documento final contém às modificações sugeridas pela OMT, OCDE e EUROSTAT. Este encontro contou com a presença de delegados de 150 países⁴³. “[...] Exposições destacaram que as três organizações internacionais foram capazes de alcançar um acordo em um tema mui complexo, porém sumamente importante para muitos países”, conforme Antonio Massiéu, Diretor de Estatística da OMT.

Em junho, do mesmo ano, sucedeu-se em Porto Alegre, Brasil, o Simpósio Conta Satélite de Turismo, promovido pela Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul (RS), estabelecendo-se uma comissão formada por representantes da OMT, EMBRATUR, Câmara de Turismo do RS, Secretaria Estadual de Turismo, Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para montar o sistema de coleta de dados estipulando-se o prazo de um ano para apresentar a matriz e conhecer os números do setor no estado⁴⁴.

⁴⁰ Measurement of Tourism's Economic Impacts, Stephen L. J. Smith. University of Waterloo, Canadá, 2000.

⁴¹ Acta de las 63ª y 64ª reuniones, OMT, Madrid (España), 28-30 de noviembre de 2000, pág. 3.

⁴² *La estructura fundamental de las recomendaciones sobre la cuenta satélite de Turismo se fundamenta en el equilibrio general que existe en una economía cualquiera entre la demanda de productos generada por el Turismo y su oferta... Las recomendaciones de la presente publicación facilitan un marco que los países podrán utilizar para elaborar una cuenta satélite de Turismo y que, en general, permitirá una mayor comparabilidad internacional de las estadísticas de Turismo.* (Cuenta Satélite del Turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual, CCE, OCDE, ONU e OMT, 2001).

⁴³ Revista dos EVENTOS – Edição N° 10, publicação julho/agosto de 2000.

⁴⁴ Idem. ibidem.

Com a reestruturação do Ministério, único, para as atividades vindouras do Setor Turismo, o VII Macro Programas e seus respectivos Programas foram formatados, constituindo as ações que compõem o Plano Nacional do Turismo (PNT). No 7º (sétimo) Macro Programa, Base de Dados, define-se como prioridade a tomada de decisão política para implantação das Contas Satélites do Turismo (CST) no Brasil, através de uma ação conjunta do MTur, EMBRATUR e IBGE. A assinatura do acordo de cooperação entre estes três órgãos se deu no dia 27 de novembro de 2003, após discussão e preparação deste no Encontro sobre Conta Satélite promovido pela OMT, em Cartagena, Espanha, em julho⁴⁵.

No Brasil, para melhor compreensão da aplicação dos cálculos que envolvem a CST e sua importância como instrumento de medição e avaliação dos impactos promovidos pelo Turismo na Economia Nacional, a OMT, em conjunto com os representantes da Tríplice Fronteira⁴⁶, o Ministério do Turismo do Brasil e as Secretarias Nacionais de Turismo da Argentina e do Paraguai realizaram em outubro de 2005 na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, a Conferência Internacional “A Conta Satélite do Turismo (CST): Compreender o Turismo e Desenvolver Estratégias”, comparecendo o Ministro de Estado do Turismo brasileiro, Walfrido dos Mares Guia, do Secretário de Turismo argentino, Enrico Meyer, da Ministra do Turismo paraguaio, Maria de Gallegos, e do Secretário Geral da OMT, Francesco Frangialli. Neste encontro reuniram-se mais de 600 participantes de 76 países interessados em adotar este método de contabilidade do Turismo.

No mesmo ano (dezembro, 2005), em reunião do Conselho Nacional de Turismo (CNT) com presença do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia; dos Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Turismo; do Secretário de Políticas, Sr. Milton Zuanazzi; do Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FHRBS), Sr. Norton Lenhart; do Técnico do IBGE, Sr. Guilherme Teles; e do Secretário do MTur, Sr. Márcio Favilla, foi aprovado a inclusão das seguintes entidades Associação Brasileira de Trens Turísticos Culturais

⁴⁵ Segundo relatório integrante do processo de acompanhamento e monitoramento do Plano Nacional do Turismo (PNT).

⁴⁶ A Tríplice Fronteira é composta, pelos três países: Brasil, Argentina e Paraguai.

e o Fórum das Agências de Viagens Especializadas nas Contas Comerciais na CST⁴⁷.

Estima-se que ao término do ano de 2006 o Brasil terá os primeiros resultados referentes às atividades turísticas em âmbito nacional, e em meados de 2007, a avaliação será estendida aos demais estados brasileiros⁴⁸. A Experiência da evolução da elaboração e do desenvolvimento da implantação das CST em diversos países, mostra a necessidade do envolvimento e empenho de vários órgãos, públicos e privados, de tempo e de especialização profissional. No capítulo seguinte serão mostrados os principais aspectos e objetivos deste instrumento de mensuração econômica do Turismo, a CST.

3.2. Principais Aspectos e Objetivos

Na ótica da economia, a Conta Satélite do Turismo (CST) favorecerá a descrição do valor do Turismo na Economia; a participação do Turismo nos demais segmentos econômicos; a compreensão e mensuração da demanda e da oferta do Turismo e a observação dos elementos complementares e da demanda agregada.

Conforme a publicação da OMT - “Conta Satélite do Turismo (CST), Quadro Conceptual, 1999”, a CST deve conter:

- a) **Agregados macroeconômicos**, para caracterizar o volume e a importância econômica das atividades ligadas direto ou indiretamente ao Turismo; seriam exemplos desses agregados, o valor agregado⁴⁹ do Turismo na participação no PIB, renda gerada, entre outros; são agregados inteiramente coerentes com aqueles utilizados para os demais setores econômicos, tal como são definidos nas CN;

⁴⁷ Ata da 11ª reunião do conselho nacional de Turismo realizada em 07 de dezembro de 2005, em Brasília – DF.

⁴⁸ Fonte: Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, matéria publicada em 5 de outubro de 2005.

⁴⁹ O **Valor Agregado** é a medida associada a um processo produtivo considerado no seu conjunto, ou seja, uma combinação de *inputs*, de bens de capital, de mão-de-obra e de tecnologia, com o objetivo de se obter uma combinação de produtos finais, *outputs*. Conta Satélite do Turismo (CST), Quadro Conceptual - OMT, 1999. Madrid, Espanha.

- b) **Dados detalhados referentes ao consumo turístico e como os são satisfeito pela oferta interna e pelas importações**, integrados nos quadros derivados dos quadros gerais de recursos e empregos do SCN, tanto a preços correntes como a preços constantes; esses dados já forneceriam um detalhamento inexistente no SCN tradicional;
- c) **Contas detalhadas das produções das atividades do Turismo**, incluindo dados de emprego, relação com as demais atividades produtivas e a formação de capital;
- d) **Informações de base para elaboração de modelos de análise dos impactos econômicos originados do Turismo**, em esferas municipal, estadual e federal, assim como dados comparáveis internacionalmente, para um conhecimento orientado do mercado turístico;
- e) **Correspondência entre os dados econômicos e outros elementos quantitativos sobre o Turismo**, exemplos, taxa de embarques e desembarques nacionais e internacionais, meios de acesso, tempo de estadia no local visitado, a motivação para a viagem, tipos de alojamentos, ofertas existentes no local receptivo, número de UH⁵⁰ e leitos, infraestrutura básica e turística etc.

Fica evidenciado que, por trás deste arcabouço sistêmico de Conta Satélite do Turismo (CST), encontram-se os fundamentos econômicos da macroeconomia, com a influência de variáveis como crescimento do produto e de renda, níveis de preços internos, formação bruta de capital fixo, nível de emprego, setor externo, taxa de câmbio e outros agentes econômicos. Os aspectos iniciais de maiores destaques e interesses com a utilização da metodologia da CST são as deduções da participação **percentual do Turismo no Produto Interno Bruto (PIB)**, **geração de postos de trabalho** (diretos e indiretos), **formação bruta de capital fixo (FBCF)**, **impostos** e o **papel do Turismo na balança de pagamentos do país**, como já havia sido comentado anteriormente.

⁵⁰ UH – Unidade Habitacional corresponde popularmente aos apartamentos dos meios de hospedagem.

As possíveis inter-relações entre alguns desses agentes econômicos e as atividades vinculando-os ao Turismo são apresentadas a seguir:

O **Produto Interno Bruto (PIB)**, é o indicador que mede a renda total de um país, sendo considerado uma medida do bem-estar econômico de uma sociedade, porque representa o desempenho econômico de um país. Em termos mais precisos, segundo Mankiw (pg.500) o PIB mede duas coisas ao mesmo tempo: a renda total de todas as pessoas da economia e a despesa total com os bens e serviços produzidos na mesma economia em um dado espaço definido de tempo. A CST está intrinsecamente ligada ao PIB, pois analisa a participação do segmento Turismo e seu comportamento dentro do todo econômico possibilitando observar a sua efetiva contribuição para o aumento do bem-estar de uma sociedade.

O cálculo do PIB é feito sobre uma cesta de produto ou serviços, i.e., um conjunto de elementos, seja produto, seja serviços. A cesta do Turismo é descrita diferentemente pelos autores. Segundo Gilhoto e Casimiro Filho (2002)⁵¹, o conjunto de atividades econômicas que compõem o segmento do Turismo ainda não se encontra bem-definidas. Para Lage & Milone (1991)⁵², o conjunto de atividades econômicas que compõem o segmento do Turismo são: transporte de passageiros (rodoviários, aéreo, marítimo, táxi), hospedagem (hotéis, pousadas, “flats”), alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes), serviços culturais e de recreação (teatros, casas de espetáculos etc.). Já para Lundberg et al. (1995)⁵³, os setores econômicos do Turismo são: hotéis, restaurantes, transportes aéreos, aluguel de carros e agências de viagem. Em consenso, os analistas incluem como sendo objetos característicos da cesta do Turismo: alojamentos temporários; serviços de Alimentação, bares e similares; transportes aéreo e terrestre de passageiros; cruzeiros; aluguel de carro; serviços das agências de viagens e serviços ligados a entretenimento e recreação.

O PIB (representado por Y) é composto por quatro componentes: consumo (C), investimento (I), gastos do governo (G) e exportações líquidas (EL), resultando na seguinte equação:

⁵¹ CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. Matriz de insumo-produto para economia turística brasileira: construção e análise das relações inter-setoriais, 2002.

⁵² Citação referenciada por CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. Matriz de insumo-produto para economia turística brasileira: construção e análise das relações inter-setoriais, 2002.

⁵³ Idem, ibidem.

$$Y = C + I + G + EL \quad (1)$$

Onde, no Turismo haveria a seguinte formulação:

Y – PIBTurismo

C – Consumo são as despesas realizadas pelos turistas, no ato da aquisição de Bens e Serviços turísticos pagos.

I – Investimento são os gastos em equipamento de capital, estoques e estrutura com orientação para o Turismo, incluindo a compra de novos imóveis comerciais para exploração turística.

G – Gasto do Governo são as despesas em bens e serviços pelos governos; municipal, estadual e federal ligados ao Setor do Turismo.

EL – Exportações Líquidas, que se refletem na Balança Comercial, são despesas, por parte de estrangeiros, em bens produzidos internamente (exportações) menos despesas em bens estrangeiros por parte de residentes internos (importações). Exemplo no Turismo de produto de exportação é o artesanato.

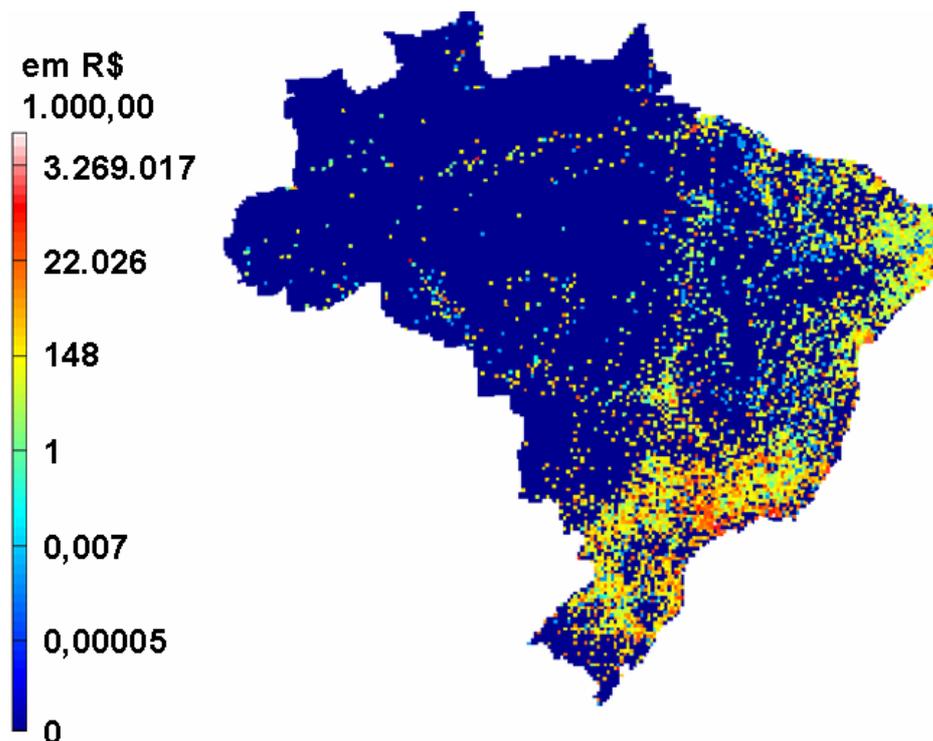
O PIB inclui tanto bens tangíveis (alimentação, vestuário, automóveis), quanto serviços intangíveis (cortes de cabelo, faxinas, visita médica), e a Conta Satélite do Turismo (CST) faz a ponte da análise econômica com o Turismo, porque decompõe o indicador observando o valor de mercado da produção de bens e serviços ligados ao segmento turístico, tais como: restaurante, meios de hospedagem, transportes, agências de viagem etc. Esta contribuição do Turismo no PIB, composta por fatos muitas vezes despercebidos, como por exemplo, o pagamento efetuado pelo turista no ato do *check-out* no hotel, parte deste valor sobre o serviço prestado é do PIB.

Segundo o Ministro do Turismo do Brasil Mares Guia (ANBA, 2005)⁵⁴, estima-se que o PIB do Turismo brasileiro tem a participação em torno de 5% no PIB Nacional, o que corresponde à metade da média mundial. No entanto, a estimativa apresentada pelo Ministro é pouco precisa. Este tipo de dado, assim como muitos outros, só serão confiáveis quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiver o prestígio na composição dos cálculos da CST.

⁵⁴ ANBA – Agencia de Notícias Brasil-Arabe, publicado em 19/10/2005.

A FIGURA. 03 apresenta a participação de cada Estado na formação do PIB do Turismo, destacando a existência da centralização na produção turística no Brasil em determinados estados. Espera-se com a CST, uma revisão desta situação e maior investimento na produção das localidades cuja participação é menos expressivas.

FIGURA. 03: Mapa do PIB do Turismo no Brasil



FONTE: SIGTUR - Sistema Integrado de Gestão do Turismo, 2005.

O Rio *Convention & Visitors Bureau* (2006) destaca que, na alta-temporada de verão no período de dezembro a fevereiro no Brasil, do ano de 2005, 113 navios passaram pelo estado do Rio de Janeiro, com cerca de 180 mil passageiros, gerando uma receita em torno de U\$ 75 milhões. Analisando esta informação pode-se afirmar que uma parte deste valor corresponde ao PIB do Turismo, que irá compor o PIB brasileiro e conseqüentemente entrará nos dados da Conta Satélite do Turismo do Brasil. Nesse caso o complicador para a análise de dados da CST será discriminar os gastos destes turistas na cidade portuária que desembarcaram, pois na sua grande maioria um estabelecimento não atende somente aos turistas.

Outro ponto em destaque na percepção da CST é a **geração de postos de trabalhos, com empregos e ocupações** gerados diretos e indiretos pelo Turismo.

Para obter-se a Taxa de Emprego relativa ao mercado turístico, é importante identificar e compreender a composição da Taxa de Desemprego e da Taxa de Participação na Força de Trabalho. A Taxa de Desemprego é um indicador que mostra o padrão de vida de um país em um dado período; sendo que o percentual da força de trabalho que está sem emprego é expressa pela equação:

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{\text{Número de Desempregados}}{\text{Força de Trabalho}} \times 100 \quad (2)$$

Onde:

Número de Desempregados – são aqueles indivíduos que estão sem ocupação em um momento, porém estão na busca por conseguir um emprego.

Força de Trabalho – é o número total de trabalhadores, incluindo tanto os empregados quanto os desempregados.

Assim, tem-se:

$$\text{Força de Trabalho} = \text{Número de Empregados} + \text{Número de desempregados}$$

A Taxa de Emprego é estimada subtraindo-se do total da População Economicamente Ativa (PEA), a parte da população fora da força de trabalho e os desempregados. No segmento do Turismo a Taxa de Emprego é calculada em cima dos postos de trabalho ligados ao segmento. Deve-se destacar que essa estimativa é muito mais complexa do que aparenta. O Turismo é tido vulgarmente como “Setor Guarda-Chuva”, por conter um amplo leque de ocupações e empregos estimulados de forma direta ou indireta. Outra barreira para se medir com exatidão a taxa de emprego é o alto índice de empregos na informalidade alimentados pelo mercado do Turismo, como nos casos de feiras livres e ambulantes.

A **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, é outro aspecto de relevância de interesse explorado pela Conta Satélite do Turismo (CST), compreendido como um elemento de grande impacto para a descrição da análise do Setor Turismo, uma vez que mostra o comportamento futuro dos investimentos. No Turismo a FBCF é

composta por duas variáveis bem distintas: a primeira identifica a FBCF no Turismo através de uma lista de elementos “específicos”, enquanto a segunda identifica a FBCF no Turismo por meio de qualquer ativo produzido pelo segmento do Turismo.

3.3. Princípios Metodológicos e Estrutura da CST

A Metodologia para elaboração da estrutura fundamental da Conta Satélite do Turismo (CST) baseia-se no princípio da economia do equilíbrio de mercado. Colocando-se de um lado, a demanda por bens e serviços dos turistas e outros consumidores e por outro, a oferta global dos bens e serviços. Com isso é possível a análise detalhada de todos os aspectos da demanda de bens e serviços destinados ao Turismo dentro da economia, em relação à quantidade ofertada dos mesmos bens e serviços na mesma economia.

De acordo com as resoluções da Conferência Mundial Enzo Paci (1999), o Grupo de Trabalho Técnico Interinstitucional da Conta Satélite do Turismo (CST) é OMT, OCDE e EUROSTAT, com o objetivo de estabelecer um Marco Conceitual para o desenho da Estrutura Metodológica da CST, sendo essa mesma proposta aprovada no ano seguinte (2000). Este grupo tem como responsabilidade de trabalho definir os aspectos metodológicos e operacionais.

Segundo a OMT, a Conta Satélite do Turismo (CST) é uma estrutura metodológica recomendada na realização de análise de formulários de um sistema de conceitos básicos, de classificações, de definições, de tabelas e de agregados ligados ao Sistema de Contas Nacionais (SCN). Este sistema foi desenvolvido para medir o consumo de bens e serviços pelos turistas, numa determinada economia, mostrando quais poderiam ser os impactos econômicos produzidos pelo Turismo na economia nacional em uma base anual. Caso haja uniformidade desta estrutura entre os países adeptos a CST haverá a facilidade de comparação de informações.

A estrutura da Conta Satélite do Turismo (CST) apresenta-se originalmente em duas perspectivas diferentes:

- Como uma ferramenta nova de estatística, que inclui conceitos, definições, agregados, classificações e tabelas, sob as diretrizes nacionais e internacionais da contabilidade, permitindo o detalhamento validado de

compilações de informações macroeconômicas entre regiões, países ou grupos de países; e

- Como um processo que estimule em cada país o desenvolvimento individual de seu próprio sistema estatístico com o foco no Turismo, levando ao objetivo principal a CST, que poderia ser visto como o resultado deste sistema estatístico.

No Brasil, através de acordo de cooperação (ANEXO II) firmado pelo Ministério do Turismo e o IBGE, em parceria com a EMBRATUR, vem sendo conduzido os trabalhos que prevêem a capacitação de técnicos dos governos federal e estadual para trabalhar em consonância com os especialistas do IBGE, e com as consultorias da OMT e da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), ambos da ONU. Destaca-se que, geralmente, o Instituto de Estatística de cada país é o principal organismo produtor e coordenador dos dados estatísticos.

As Contas Satélites são verdadeiramente instrumentos de medição, que se integram com grupos econômicos e satélites, em especial, do Sistema de Contas Nacional (SCN), baseado nos princípios metodológicos da contabilidade nacional. A utilização da Conta Satélite no Turismo (CST), no entanto, depara-se com a não congruência de informações fieis presentes no Turismo, de modo com sua implicação busca unificar as informações e torná-las comparáveis com os outros setores econômicos e com outros países, possibilitando assim, a apresentação dos seus resultados alcançados após análises e estudos.

A CST, após a definição das Recomendações Metodológicas Estruturais, escrita com um conjunto de definições e classificações integradas em quadros organizados de maneira lógica e coesa, que possibilita visualizar toda a amplitude econômica do Turismo, tanto sob o ponto de vista da demanda, como da oferta. Assim, foi formulada com base nas conceituações das áreas vinculadas ao Setor turístico uma estrutura, traduzida em 10 (dez) segmentos (quadros), derivados ou relacionados com os quadros do SCN (relativos aos recursos e empregos dos bens e serviços), que são (*)⁵⁵.

⁵⁵ A partir deste momento a utilização do termo *QUADRO* estará fazendo referência aos segmentos estrutural que compõem a estrutura da CST.

1° ao 3° Quadro: Consumo Turístico:

Receptor;

Interno;

Emissor;

4° Quadro de Componentes Monetários e Não-Monetários;

5° Quadro: Produção;

6° Quadro: Oferta e Consumo;

7° Quadro: Emprego;

8° Quadro: Formação Bruta da Capital Fixo (investimento);

9° Quadro: Consumo Turístico Coletivo; e

10° Quadro: Indicadores Físicos (não monetários).

Observando os Quadros listados anteriormente dar-se uma falsa sensação de que é uma tarefa fácil de executar, porém não é bem assim, existem algumas dificuldades na precisão dos dados, pelo fato dos estudos sobre a estrutura dos gastos dos turistas domésticos e estrangeiros serem incipientes no país, ou mesmo, por não haver disponibilidade destes dados; isso também se estende para os dados quantitativos dos brasileiros no exterior; da composição média dos pacotes de Turismo e da formação bruta de capital, estes são alguns dos exemplos das barreiras, que esperamos com a utilização da CST sejam superadas.

Para a compilação dos dados nos três primeiros quadros (Consumo Turístico: (1) Receptor; (2) Interno e (3) Emissor) o conceito de **consumo turístico** (1999) foi decomposto em 7 (sete) agregados, onde para efeito de análise dos Quadros Conceituais da CST, destacam-se as 4 (quatro) primeiras definições, abaixo:

- Consumo Turístico Interno, resultado das viagens realizadas pelos turistas dentro de seu país de residência permanente;
- Consumo Turístico Emissor, formado quando o residente de um país visita outro;
- Consumo Turístico Receptor, constituído diretamente da viagem de turistas não residentes;
- Consumo Turístico Interior, engloba todas as despesas de consumo realizados pelos turistas residentes ou não-residentes no país;

Cons. Tur. Interior = Cons. Tur. Interno + Com. Tur. Receptivo

- Consumo Interior Turístico, aglomera todo o Consumo T. Interior + parte do Consumo T. Emissor (que refere-se aos bens e serviços fornecidos por residentes);
- Consumo Turístico Nacional, inclui todo o gasto turístico por residentes, independente do local visitado (Consumo T. Interno + Consumo T. Emissor);
- Consumo Turístico Internacional, abrange o Consumo T. Receptor + Consumo T. Emissor.

Assim, para fins de esclarecimento será detalhado, na seqüência cada um dos Quadros mencionados anteriormente, que são os elementos que compõe a estrutura metodológica da Conta Satélite do Turismo (CST). Esses quadros são o centro do processo comparativo internacional dos impactos econômicos do Turismo entre economias. Destaca-se que os 3 (três) primeiros quadros fazem avaliação bruta e líquida dos pacotes de viagens em aspectos diferenciados:

1° ao 3° QUADRO: CONSUMO TURÍSTICO – RECEPTOR, INTERNO E EMISSOR

Estes três primeiros quadros são apresentados com o consumo (limitado às transações monetárias) de cada tipo de Turismo (Receptivo, Interno e Interior), por categorias de produto. Considera-se que para o 1° (Receptivo) e o 2° (Interno) quadro é necessária às compilações dos dados de duas desagregações relevantes: uma entre os turistas e os excursionistas, e outra entre consumo por produção. Na maioria dos países o Turismo Receptor é tido como sendo um aspecto importante do Turismo. O mesmo também pode ocorrer com aqueles países que priorizam o Turismo Interno, dependendo da característica econômica do país.

Para o 3° quadro (Interior), esta apresentação da compilação consumo por produto do Turismo emissor, acrescenta-se com mais uma desagregação, em face dos dois quadros anteriores, há distinção entre as compras junto aos fornecedores residentes e não residentes no país durante a compilação dos dados. Habitualmente, o consumo do Turismo emissor, que denomina a parte fornecida por

não residentes, receberá uma prioridade fraca, pois não afeta a comparação entre consumo interior e a oferta efetuada pelos fornecedores.

4° QUADRO: CONSUMO TURÍSTICO – COMPONENTES MONETÁRIOS E NÃO-MONETÁRIOS

Este quadro apresenta uma avaliação geral do consumo interior turístico e do total do consumo turístico por produtos e leva em conta as transações monetárias e as não-monetárias. A dificuldade existente, hoje, para apuração desse quadro está na precária delimitação da atuação do Turismo nas atividades que o envolve.

5° QUADRO: PRODUÇÃO

Este quadro apresenta as contas de produção das atividades econômicas do Turismo, compilados de maneira a possibilitar a comparação com o consumo turístico, no entanto, sua mensuração é independente da compilação realizada para apurar o consumo. O quadro de produção ajusta-se de forma análoga ao formato definido pelo SCN e a qualidade da estimativa do Valor Agregado do Turismo (VAT) e do PIB do Turismo será determinada pelo grau de desagregação das atividades produtivas dentro e fora do segmento.

É merecido salientar a importância deste quadro, pois segundo a OMT o Valor Agregado do Turismo (VAT) é um indicador de destaque no desenvolvimento da CST, por permitir a avaliação da importância econômica do Turismo, feita por meio da comparação do VAT com o valor agregado dos demais setores econômicos⁵⁶.

A realização da avaliação das contas de produção reforça a tentativa de eliminar as possíveis duplicidades na compilação dos dados; identifica e trabalha com os *inputs* e os *outputs* do Valor Agregado e contabilizar a participação promovida no PIB pelo Turismo, gerada pelo consumo turístico.

Destaca-se que esse quadro analisa somente os produtos associados ao Turismo, contudo isso não significa que os dados investigados sejam originados exclusivamente às atividades produtivas turísticas. Exemplificando: A produção de

⁵⁶ **Conta Satélite do Turismo (CST) – Quadro Conceptual**, publicado pela Organização Mundial do Turismo (OMT). Madrid, Espanha. 1999. Pág. 45/46.

um restaurante de um grande centro comercial de uma cidade⁵⁷ atende tanto ao consumo dos trabalhadores e residentes daquela área, como também, pode vir a atender um turista. A identificação da parcela relativa ao consumo turístico que configura a sutileza do trabalho sugerido pela metodologia da Conta Satélite do Turismo.

6° QUADRO: OFERTA E CONSUMO

Este quadro apresenta a oferta e o consumo de serviços turísticos por produto, sendo considerado com o quadro central da CST, por efetuar o cruzamento entre a oferta e o consumo.

A oferta⁵⁸ é composta por diversas variáveis, contudo para efeito de análise da CST a OMT⁵⁹ classifica as atividades turísticas como:

- **Atividades Específicas** – conjunto dos bens e/ou serviços característicos e conexos do Turismo.
- **Atividades Características** – são aquelas que ofertam bens ou serviços, que na ausência do Turismo deixaria de existir ou reduziria significativamente a produção, exemplo: Hotéis.
- **Atividades Conexas** – são os bens e serviços consumidos de forma expressiva em decorrência da presença do Turismo, porém não fazem parte da oferta característica turística, exemplo: serviços de táxi.

O 6° quadro permite, também, o cálculo do VAT e do PIB do Turismo pelo consumo turístico. O cálculo do VAT pelo consumo é feito pela somatória do valor agregado de todo o consumo de todos os segmentos turísticos. Já o cálculo do PIB do Turismo pelo consumo, consiste em adicionar ao valor do VAT os impostos sobre os produtos e as importações de consumo turístico, líquidos de subsídios, ou seja, o

⁵⁷ O restaurante que faz parte do segmento de Alimentos e Bebidas (A&B) no Turismo, assim como bar, lanchonetes e similares.

⁵⁸ Alguns bens e serviços ofertados como turísticos podem, também, serem destinados a outros fins, além do Turismo, como por exemplo, um hotel fazenda ser utilizado para realização de um casamento.

⁵⁹ Informações referenciadas da OMT pela EMBRATUR, 2005.

valor da diferença entre o consumo turístico avaliado a preço de aquisição e a preços de base. Destaca-se que para ambos os indicadores quanto maior o grau de detalhamento e precisão da análise de cálculo com base o consumo turístico na produção, maior será a complexidade dos cálculos e dos resultados.

7° QUADRO: EMPREGO

Os indicadores gerados por este quadro apresentam os níveis de emprego e *inputs* de mão-de-obra das atividades ligadas ao Turismo, proporcionando a mensuração do número de postos de trabalho que são gerados em congruência ao crescimento (quantitativo e qualificativo) do Setor do Turismo nos países. A avaliação realizada com base no indicador de emprego, depara-se com o elevado número de variáveis existentes, as condições de trabalho, a sazonalidade, o baixo índice da formalização por contrato de trabalho, a flexibilidade, entre outros, que dificultam a precisão do resultado.

Outro ponto a ser superado por esse quadro é o método de quantificar a geração de postos de trabalho no Turismo, pois existem dados de diferentes níveis de emprego nos segmentos de atividades não-turísticas que correspondem ao consumo turístico.

8° QUADRO: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Este quadro apresenta concomitantemente a Formação de Capital Fixo derivada dos ativos econômicos fixos produzidos especificamente para o Turismo, adquiridos pelos segmentos de atividades turísticas e por produtores externos à mesma, assim como a Formação Bruta de Capital Fixo dos segmentos de atividades turísticas em ativos produzidos não especificamente para o Turismo.

Os ativos fixos produzidos especificamente para o Turismo, de acordo com a recomendação do SCN93⁶⁰, são classificados na CST em grandes categorias, são elas:

⁶⁰ Conta Satélite do Turismo (CST), Quadro Conceptual - OMT, 1999. Madrid, Espanha

- **HABITAÇÃO** – compreende as casas de férias e outras residências secundárias, desde que não caracterize e nem seja adquirida como residência principal e/ou permanente. A habitação pode ser comprada ou construída para o uso exclusivo de visitantes e turistas, possuindo diferentes tipos de contratos, incluindo o de direito real de habitação periódica, denominada de *time-sharing*.

- **OUTROS EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÃO** – inclui edifícios e estruturas, especificamente, adquiridos ou construídos para fins de exploração turística, como: hotéis e outros alojamentos temporários coletivos; restaurantes, bares e estabelecimentos similares; estádios, arenas e outras estruturas destinadas à prática esportiva e outras atividades recreativas; e terminais de viagem, embarque e desembarque para acessos aéreos, terrestres e aquáticos.

- **MAQUINARIO E EQUIPAMENTO** – envolve todos os bens de equipamentos associados diretamente à prestação de serviços orientados para o Turismo, tais como, os utilizados nas cozinhas industriais de restaurantes e hotéis; os específicos de terminais aéreo, terrestre e aquático, que prestam serviços aos viajantes; os artigos para a prática desportiva e outras atividades similares; e outros adquiridos pelos turistas ou pelos produtores (visando locação) que se caracterizam como bens de consumo durável turístico.

- **BENS DE EQUIPAMENTO PARA O TRANSPORTE PÚBLICO DOS VIAJANTES** – engloba aviões, navios para cruzeiros, veículos equipados para viagens de longa distância, carruagens, ferrovias, entre outros de características turísticas. Essa classificação não inclui o transporte de mercadorias não turísticas, o deslocamento diário para trabalho ou para estudo.

- **MELHORIAS NOS TERRENOS** – ações realizadas pelo setor privado sob a forma de recuperação de terrenos a beira mar, através da construção de

diques e barragens; de limpeza e reflorestamento da mata etc.; visando utilizar a terra para fins turísticos.

9° QUADRO: CONSUMO TURÍSTICO COLETIVO

Este quadro refere-se às recomendações para avaliação dos serviços turísticos coletivos não mercantis, sob as seguintes orientações⁶¹:

- Normativa Geral;
- Planificação e coordenação geral;
- Elaboração de estatísticas e de informações básicas sobre o Turismo;
- Gerenciamento de informação;
- Controle e regulamentação de empreendimentos turísticos;
- Controle de entrada de turistas por fornecimento de vistos e nas fronteiras;
- Serviços de proteção ao turista;

10° QUADRO: INDICADORES FÍSICOS

Este quadro apresenta alguns indicadores quantitativos, que segundo orientação do SCN, são componentes primordiais para o estudo e o desenvolvimento das Contas Satélites do Turismo (CST), e que não devem ser desconsiderados em nenhuma das análises da CST. Tais indicadores fornecem resultados que auxiliam a interpretação das informações geradas pelos quadros apresentados anteriormente, tais como: o número de embarque ou desembarque por tipo de Turismo e por duração das estadias; o tipo de meio de hospedagem e de transporte utilizado pelos turistas; avaliação da capacidade de carga entre outros elementos que dimensionem as atividades características e conexas ao Turismo.

Os dez quadros apresentados compõem a estrutura geral da Conta Satélite do Turismo, no entanto, cada país determinará quais são os quadros que atendem

⁶¹ Prestação de serviços individuais, não mercantis, como os oferecidos pelos parques nacionais e museus, é excluída, visto que foi previamente englobado em transferências sociais de serviços, ou seja, pelo consumo turístico.

melhor a sua demanda econômica, contudo para que seja legitimada como sendo uma CST, de acordo com o conjunto de contas econômicas baseadas nos princípios da SCN, devem constar no mínimo os quadros da oferta e do consumo por turistas. A OMT complementa que toda a apresentação dos resultados, deva estar sempre acompanhada de referências claras quanto à explanação dos agregados e a metodologia utilizada na sua estimação.

A aplicação da metodologia da CST permite:

- Aumentar e melhorar os conhecimentos sobre a importância do Turismo em relação às demais atividades econômicas globais de um determinado país;
- Oferecer instrumento para elaborar políticas mais eficazes a respeito do Turismo e sua repercussão sobre o emprego, renda e arrecadação tributária;
- Criar uma consciência entre diversos setores que participam direto e indiretamente do Turismo sobre sua importância econômica.

É recomendado, pela OMT, a todos os países o desenvolvimento de uma plataforma de dados interinstitucional adequada às especificidades de cada país, contudo, deve-se manter um padrão de comparação internacional, com isso promovendo agilidade e otimização na utilização da CST. Este sistema de apoio será integrado e atualizado por técnicos designados pelas três instituições públicas de maior vínculo com o desenvolvimento e com a estatística analítica do Turismo em cada país, no caso do Brasil: Ministério do Turismo, EMBRATUR e IBGE. As demais instituições envolvidas no projeto da CST poderão fazer uso da plataforma, mediante a liberação por parte de uma das instituições supracitadas⁶².

3.4. Desenvolvimento Econômico do Turismo em Alguns Países

A Conta Satélite do Turismo orienta como os países devem prosseguir com, a base conceitual, as definições, a classificação e a utilização dos quadros, porém

⁶² Acta de las 63ª y 64ª reuniones, OMT, Madrid (España), 28-30 de noviembre de 2000, pág. 9.

cada país desenvolve o seu sistema de estatístico do Turismo, respeitando as recomendações básicas da OMT, o que gera resultados diferentes:

CANADÁ – país pioneiro na utilização da metodologia da CST. Em 1994, apresenta publicação com os indicadores nacionais do Turismo canadense. A precisão e o alto detalhamento na mensuração de dados caracterizam a economia do país, com a inclusão da CST torna-se possível a comparação do setor do Turismo com os demais setores da economia e contribui para o desenvolvimento em vários segmentos e o refinamento das análises. A CST canadense no geral foca em três pontos: a) avaliar o fluxo turístico canadense; b) analisar o desenvolvimento do Turismo observando as tendências e infra-estrutura; e d) auxiliar a formulação de políticas públicas e decisões estratégicas. Alguns números da economia canadense: participação de 4,1% Turismo no PIB (1997) e 513 mil empregos gerados ao final do ano de 1998. (DELISLE, 1995).

ESPAÑA – o crescimento econômico rápido do país tem diversos fatores naturais a seu favor, a linha costeira, as praias e ao clima, são alguns deles, no entanto, o crescimento espanhol deve-se a sua proximidade com os economias de crescimento rápido da Europa Ocidental, região na qual é o centro emissor de turistas para Espanha, devido, principalmente, a facilidade de aéreo, quanto pelas vias expressas. O consumo em Turismo contribui com mais de 10% na participação o PIB do país e com até 1% do total de empregos (TRIBE, 2003).

FRANÇA – o Turismo é a prosperidade econômica francesa, sendo um destino turístico internacional mais popular do mundo. Seus atrativos são diversificados e com significativos números de turistas, esportes de inverno (1,5 a 2 milhões de turistas em 1997), Disneyland Paris (11,7 milhões de turistas em 1996), a Torre Eiffel (5,5 milhões de turistas em 1996). O Turismo contribui com cerca de 7% do PNB e 9,7% do total de empregos, destaca-se que 56% destes gastos são originados do Turismo interno (TRIBE, 2003).

JAPÃO – o crescimento turístico foi estimulado pelo governo com a aprovação da Lei de Provisão Abrangente de Região de Estação, em 1987, que propõem um alívio dos impostos e suporte de infra-estrutura para projetos de construção de estâncias turísticas (TRIBES, 2003).

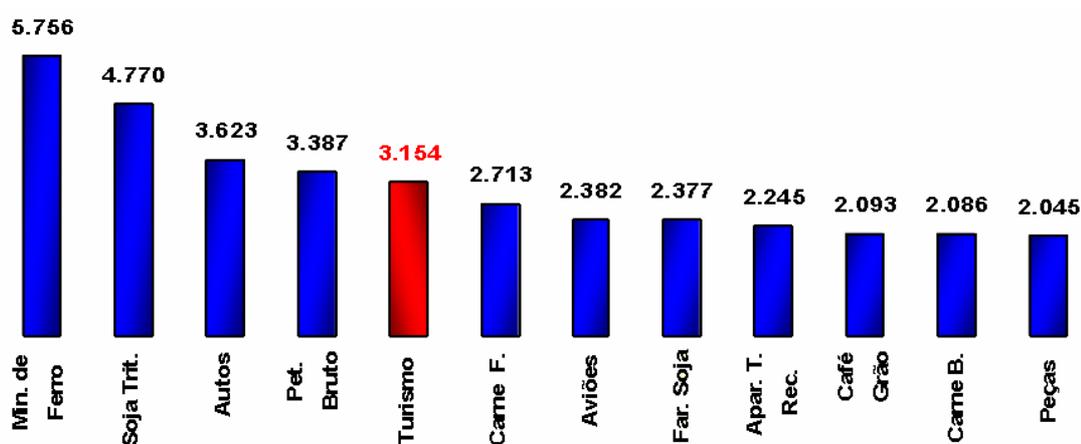
ALEMANHA – em 2000, a CST alemã apresenta a dimensão real do Turismo economia, até então, sem precisão devido às limitações relacionadas à metodologia de estatística e de análise utilizadas dentro do SCN. Destaca-se a qualidade dos cálculos sob a orientação da CST, o que influencia na validação e atualização dos dados apresentados. Os números do Turismo na economia alemã são: € 157.9 bilhões em investimento no Turismo interno; € 6.6 bilhões investido nos segmentos de Alimentos e Bebidas (A&B); 1.56 milhões de novos empregos gerados no ano de 2000 e € 57.5 bilhões PIB Turismo o que equivale uma participação de 3,2% da economia global da Alemanha. (GERD, 2000).

4. CONTA SATÉLITE E PLANO TURÍSTICO

4.1 Aspectos Gerais do Turismo na Economia Brasileira

A World Tourism Organization (WTO, 2000)⁶³ destaca que nos últimos anos o Turismo vem crescendo em média 7% a.a., enquanto os demais setores como agricultura e indústria crescem 2,3% e 3% a.a. respectivamente (WORLD BANK, 2001)⁶⁴. No Brasil esta situação, também, é favorável, dado apresentado pelo MTur, em outubro de 2005, mostra que o Turismo ocupa a 5ª posição na balança de exportação brasileira (GRÁFICO. 03), atrás do minério de Ferro, soja, autos e petróleo bruto⁶⁵.

GRÁFICO. 03: Exportações Brasileiras – Principais Produtos Janeiro – Outubro 2005 (US\$ Milhões).



Fonte: MDIC/SECEX e Banco Central do Brasil

O consumo turístico é provocado por dois agentes, os **turistas** (há pernoite) e os **excursionistas** (não há pernoite), que são classificados em função da motivação principal da viagem realizada, que por definição da OMT/ONU⁶⁶ são:

⁶³ World Tourism Organization (WTO), nome em inglês da Organização Mundial do Turismo (OMT)

⁶⁴ Citação referenciada por CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. Matriz de insumo-produto para economia turística brasileira: construção e análise das relações inter-setoriais, 2002.

⁶⁵ Fonte: Ministério do Turismo, dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio MDIC/SECEX e Banco Central do Brasil.

⁶⁶ ONU/OMT. Recomendações sobre Estatísticas do Turismo, pág. 44-45.

- Lazer, recreio e férias;
- Visitas a parentes e amigos;
- Negócios, motivos profissionais e estudos;
- Saúde;
- Religião;
- Outros (que inclui tripulações de meios de transporte e indivíduos em transito).

A caracterização do consumo turístico é constituído pelas despesas provenientes das ações que envolvem o deslocamento *para, durante e regresso* da viagem, despesas no local visitado, bem como das despesas inter-setoriais demandadas pelo o Turismo, ou seja, a SCN considera que todo bem ou serviço consumido pelo turista e pelo o setor é incluído como consumo turístico⁶⁷. Sendo que pagamentos de taxas, juros, direitos alfandegários, compra de ativos financeiros ou não-financeiros (incluído terrenos, obras de arte e outros objetos valiosos), transferências em dinheiro que não caracterizem pagamento de bens e serviços (donativos a organismos assistenciais) e compras destinadas a revenda ou para utilização num processo produtivo (tidos como bens intermediários) não constam como consumo turístico.

4.2. Uso das Contas Satélites como Instrumento de Planeamento

O planeamento é o *start*⁶⁸ para o desenvolvimento de ações. São necessárias diretrizes bem fundamentadas por dados e informações geradas por meio de pesquisas e/ou de fatos históricos, que possibilite desenvolver análises com diferentes enfoques. A OMT e a ONU consideram a CST um projeto estratégico para organização e desenvolvimento das atividades turísticas em todo mundo, gerando informações a serem utilizadas em diversos níveis de planeamento.

Segundo Francisco Frangialli, Secretário Geral da WTO (200X), a CST é por definição, um poderoso instrumento que permite descrever o comportamento das atividades econômicas ligadas ao Turismo, isso como, é feito nos demais setores da

⁶⁷ Conta Satélite do Turismo (CST), Quadro Conceptual - OMT, 1999. Madrid, Espanha. Pág. 22-23.

⁶⁸ Do inglês, início, começo, partida.

economia, agricultura, extração mineral, construção civil. E desenvolver modelos de análise os diferentes tipos de impactos econômicos do Turismo.

O Turismo é uma atividade que fomenta a geração de novos empregos. De acordo com Lage e Milone (2000) no Brasil estima-se que o Turismo empregou no ano de 1997, cerca de 9% da PEA, o que equivale 6.7 milhões de empregos diretos e indiretos. No entanto, ainda é pouco o estudo sobre a participação do setor na economia, isso torna-se um entrave para o crescimento do Turismo no país e um limitador de ações para os formuladores de políticas, que por não possuírem subsídios de informações confiáveis sobre a atividade, não podem adotar melhores diretrizes.

4.2.1. Principais Aspectos Robustos:

Como o avançar do desenvolvimento da CST no Brasil, o Turismo poder-se-á dispor dos seguintes resultados, (EMBRATUR, 1999)⁶⁹:

- **Agregados Macroeconômicos:** valor agregado e PIB turísticos;
- **Consumo Turístico:** discriminado por fonte de suprimento, oferta interna ou exportação;
- **Conta Produção:** por ramo de atividade, incluindo dados de Emprego, Relações Inter-setoriais e FBK (Formação Bruta de Capital);
- **Outras Informações:** relevantes à construção de modelos de avaliação dos impactos do Turismo;
- **Indicadores de Caracterização do Turismo:** números de desembarques; forma de viagem, duração, motivo, modo de transporte, meio de hospedagem, destino, procedência etc.

Frechtling (1999), por meio de estimativas sólidas em cima da produção econômica do Turismo, afirma ser possível calcular os impactos advindos do setor, de maneira a mensurar sua real participação na renda e na produção nacional, e

⁶⁹ Conta Satélite do Turismo – CST. Brasil – 1999. EMBRATUR.

possibilita determinar corretamente suas implicações econômicas sobre os demais setores da economia.

O desenvolvimento estrutural da CST, em um país, é impulsionado pelo interesse de ganhos econômicos e teóricos sobre o Turismo e seus impactos, a metodologia aplicada permite apurar e conhecer os elementos que favorecem os governos, os empresários, os profissionais e entusiastas da área e o meio acadêmicos, fornecendo-os melhores recursos para elaborar políticas públicas para o Turismo, desenvolver estratégias empresariais e divulgar conhecimentos sobre a área, possibilitando, desta maneira, avaliar sua eficácia. A população, também, se beneficia com o desenvolvimento do setor, diretamente com a geração de novos postos de trabalho e aumento da renda e indiretamente desfrutar dos investimentos feitos a bens públicos⁷⁰ (parques e estradas) e a infra-estrutura básica (luz e esgoto).

O demonstrativo, abaixo, apresenta resultados e benefícios obtidos com a implantação e desenvolvimento da Conta Satélite do Turismo (CST):

RESULTADO	BENEFÍCIOS
Participação do Turismo ao Produto Interno Bruto (PIB).	Conhecimento das características dos recursos humanos utilizados e necessários para o Turismo.
Produtividade da oferta do setor do Turismo.	Dados com maior confiabilidade sobre os impactos promovidos pelo Turismo.
Os impactos das transações turísticas.	Dados estatísticos sobre o Turismo organizados e atualizados por um modelo internacional, unificado e endossado pela Comissão de Estatística da ONU.
A relação e o desempenho do Turismo com a geração de emprego.	
Determinação do montante de investimento decorrente do Turismo.	Conhecimento da posição do setor do Turismo em relação aos demais setores econômicos.
Participação do Turismo na formação bruta de capital (investimento).	Dados referenciais na tomada de decisão para políticas econômicas relacionadas ao desenvolvimento do Turismo.
Taxa da renda gerada pelo Turismo.	
Incidência do Turismo na balança de pagamentos e de exportação.	Aumenta e melhora o conhecimento sobre a importância do Turismo relacionado com todas as atividades econômicas existentes em um país.
Participação do Turismo no consumo final.	
Consumo turístico.	
Comparação da capacidade de produção do setor do Turismo com outros setores da economia.	Serve como instrumento de base para conduzir com mais eficiência e eficácia políticas relacionadas ao Turismo.

⁷⁰ Bens públicos são bens usados coletivamente pela sociedade (STERNER, 2003, p. 27).

RESULTADO	BENEFÍCIOS
Participação do Turismo como gerador de impostos e receita para o governo.	Mostra a toda população a importância econômica das atividades que estão ligadas diretamente ou indiretamente ao Turismo, como também, a extensão de seu papel por estar envolvido com todos os demais setores de produção de bens e serviços para os turistas (visitantes).
Os gastos do Turismo.	
Comparação dos dados e informações com o resto do mundo.	
Projeção em diferentes aspectos ao longo prazo.	

A integração das informações adquiridas por meio da CST entre os países, facilita e estimula o *update*⁷¹ constante de conceitos, de definições e de classificações, assim como de indicadores e de variáveis contábeis relacionadas às atividades turísticas. Estas ações unificam e estimulam o desenvolvimento de conhecimento para gestão da tecnologia de informações (TI)⁷² dos dados do Turismo.

4.2.2. Principais Aspectos Frágeis

Muitos são os pontos positivos levantados entorno da utilização da Conta Satélite do Turismo. No entanto, não podemos esquecer que esta metodologia está em fase inicial de implantação no Brasil, e por que não dizer em fase de ajuste nos demais países que já a adotou. Logo uma estrutura passível de erros. Podemos destacamos os seguintes aspectos, como sendo ainda frágeis na mensuração dos dados pela CST:

- Duplicidades na contabilização dos dados, uma vez que a grande maioria das atividades turísticas ocorre em meio às ações costumeiras da comunidade local como, fazer compras, ir ao restaurante, ir ao teatro etc.

⁷¹ Do inglês, atualização.

⁷² Tecnologia da Informação (TI) pode ser conceituada como o conjunto de recursos não humanos empregados na coleta, armazenamento, processamento e distribuição da informação. Além de abranger os métodos, técnicas e ferramentas para o planejamento, desenvolvimento e suporte dos processos de utilização da informação.

- Análise falha das informações por falta de profissionais qualificados tanto na área estatística e do Turismo, a falha por parte do estático muito se da por imprecisão do próprio instrumento por ele utilizado, no entanto, por parte dos profissionais da área de Turismo é a escassa de mão-de-obra qualificada e especializada que não permanece no segmento⁷³, devido o setor ainda não apresentar um retorno financeiro e profissional adequado e equiparado a outras profissões. Tal situação profissional é agravada pelo desconhecimento de sua importância por parte, ainda, do *trade* turístico, dos empreendimentos e do governo, por ser recente o estudo sobre a área no Brasil.

- A padronização da mensuração dos dados é outro ponto delicado, pois cada território (estado, municípios, região, país), possui especificidades que caracterizam o lugar em análise, sendo assim, o que é bom e dar certo em um lugar, não necessariamente funcionará em outro.

- A sazonalidade da demanda, aspecto que merece maior observação e cuidado na análise dos dados, isso porque o Brasil é um país de proporções continentais, com grandes oscilações climáticas e de relevo, costumes e com satisfatória delimitação dos períodos de alta, média e baixa temporada turística no país. Isso pode acarretar um amplo desafio nas análises – tem outra palavra, mascarará a realidade dos fatos.

⁷³ Segundo os resultados estimados pelo modelo de oferta e demanda por Turismo, apresentado pelo Núcleo de Economia do Turismo (NET-CET/UnB, 2005), a cada um a mais de estudo acrescido a pessoas de 25 ou mais de idade, aumenta a possibilidade do mesmo sair do mercado do Turismo. O que trás uma perda de 12.041,38 turistas.

5. RELAÇÃO DA CONTA SATÉLITE DO TURISMO E OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO

5.1. Conta Satélite do Turismo e Matriz Insumo-Produto para o Turismo

A participação relacionada ao Turismo na economia nacional e a avaliação dos elementos estruturais do setor, são resultados propostos pelo o desenvolvimento da CST, são mensurados e analisados a partir de cálculos sobre os elementos subsidiados do SCN, exposto em capítulos, que não são tão precisos e detalhados ao ponto de atender as necessidades demanda pelo setor do Turismo. Em vista disso a Matriz Insumo-Produto é utilizada pela CST fornecendo dados importantes que permitem a realização de análises inter-setoriais tanto entre os sub-setores do Turismo, quanto com os demais setores da economia.

Para analisar a dimensão do segmento do Turismo sobre a economia, utiliza-se como referencial metodológico o modelo da Matriz Input-Output (Insumo-Produto), baseados em multiplicadores e hipóteses de comportamentos, na economia turística brasileira para o ano de 1999, destacando especificamente dois pontos: a metodologia para o desenvolvimento do dimensionamento do segmento do Turismo em cada um dos seus componentes econômicos, e o cálculo para equacionar esta dimensão no contexto Brasil e comparar com o contexto internacional. (CASIMIRO FILHO⁷⁴ e GUILHOTO⁷⁵, 2002).

Estudos desenvolvidos por Casimiro Filho e Guilhoto analisa as relações inter-setoriais na economia brasileira e o segmento do Turismo, gerou uma tabela insumo-produto para o segmento do Turismo no Brasil para o ano de 1999, com ênfase na participação de segmento no valor adicionado⁷⁶ e o valor da produção. Entretanto, esta análise ao invés de trabalhar com os 54 (cinquenta e quatro) setores do modelo de insumo-produto para economia turística, agrega apenas 6

⁷⁴ Professor Assistente do Depto. de Ciências Econômicas e do Mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC – Ilhéus - BA. e-mail: casimiro@uesc.br.

⁷⁵ Professor Titular do Depto. de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo e do Regional Economics Applications Laboratory (REAL) da Univesity of Illinois, EUA. e-mail: guilhoto@usp.br.

⁷⁶ Valor adicionado é dado pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário, ou seja, é o valor agregado pelos setores produtivos no decorrer do processamento da produção.

(seis) macro-setores: Agropecuária, Indústria, Serviços industriais de utilidade pública, Construção civil, Serviços não-turísticos⁷⁷ e Serviços turísticos.

O dimensionamento econômico do macro-setor dos serviços turísticos no Brasil, deve ser realizado por intermédio de avaliações com visão sistêmica e integrada de todas as atividades tidas turísticas, o que favorece a compreensão da inter-relação existente entre as mesmas, sendo elas complementares ou substitutas uma das outras. Posteriormente trabalhar com este macro-setor econômico desagregando-o em 12 (doze) sub-setores, que proporcionará cruzamentos e compilações para mensuração da grandeza e importância do segmento Turismo.

Uma vez estruturada e definida em termos de valor agregado e pessoal ocupado, uma matriz insumo-produto deve ser periodicamente atualizada, o que permite identificar com mais exatidão os resultados dos cruzamentos entre setores chaves da economia global nacional com os sub-setores que compõem a economia turística, e entre os próprios sub-setores turísticos⁷⁸. Vale a pena lembrar que os tais, são:

1. Transporte rodoviário de passageiros, regular;
2. Transporte rodoviário de passageiros, não-regular;
3. Transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos;
4. Transporte aéreo, regular;
5. Transporte aéreo, não-regular;
6. Atividades de agências de viagens e organizadores de viagens;
7. Atividades auxiliares do transporte terrestre;
8. Atividades auxiliares do transporte aéreo;
9. Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário;
10. Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação;
11. Atividades recreativas, culturais e desportivas; e
12. Aluguel de automóveis e outros meios de transportes.

⁷⁷ O macro-setor Serviços não-turístico é composto pelos seguintes setores: Transporte rodoviário de cargas, Outros transportes terrestres, Transportes aquaviário, Atividades auxiliares aos transportes aquaviários, Outras atividades auxiliares ao transporte, Comércio, Comunicações, Instituições financeiras, Outros serviços prestados às famílias, Outros serviços prestados às empresas, Aluguel de imóveis, Administração pública e Serviços privados não-mercantis. (CASIMIRO e GUILHOTO, 2002)

⁷⁸ CASIMIRO FILHO, Francisco, GUILHOTO, Joaquim José Martins. Dimensionando o Turismo na Economia Brasileira 1999.

A logística da Matriz Insumo-Produto do Turismo é composta por conceitos e equações econométricas, que respaldam os métodos de análise das relações inter-setoriais na economia turística brasileira, segue um descritivo dos conceitos e dos índices mais relevantes⁷⁹:

CAMPO DE INFLUÊNCIA	Permite conhecer como as mudanças nos coeficientes técnicos se distribuem no sistema como um todo, ou seja, quais as relações entre os setores que teriam maior importância dentro do processo produtivo, podendo ser compreendido também como uma análise complementar à análise dos Índices de Ligação.
ÍNDICES DE LIGAÇÕES DE HIRSCHMAN-RASMUSSEN	Objetiva efetuar o cálculo dos índices de ligações, indicando o grau de encadeamento dos setores da economia, tanto para trás como para frente, ou seja, evidenciam o grau com que o setor demanda ou oferta insumos para os demais setores do sistema econômico.
ÍNDICE DE DISPERSÃO	É um complemento do Índice de Ligação que possibilita interpretar como um impacto setorial distribui-se nos outros setores.
ÍNDICES PUROS DE LIGAÇÃO⁸⁰	Indica a diferença entre a produção total na economia e a produção na economia se o setor j ($j =$ transportes, hotéis, alimentação etc.) não comprasse insumos do resto da economia, nem vendesse sua produção para a mesma.

Os índices puros de ligação permitem calcular os efeitos gerados por alterações econômicas tanto do setor do Turismo sobre os demais setores econômicos (*Back Linkage*), como o inverso (*Forward Link*). Os resultados referentes a estes índices, apresentam qual a ordem de importância de um dado setor, entre os cinquenta e quatro setores, e o impacto gerado nos demais setores em termo de seu valor da produção. Índices, com variável superior a 1 (um), poderá ser definido como setor-chave, segundo Mc Gilvray (1977).

No Brasil, 1999, foram considerados como setores-chave, os seguintes: Indústria Química, Comércio, Agropecuária, Construção Civil, Administração Pública, Outros Serviços Prestados às Empresas, Outros Serviços Prestados às Famílias,

⁷⁹ CASIMIRO FILHO, Francisco, GUILHOTO, Joaquim José Martins. Matriz de Insumo Produto para economia turística brasileira: Construção e análise das relações inter-setoriais, 2002.

⁸⁰ Através do índice Puro de Ligação podem ser calculados os efeitos para trás (*Back Linkage*), para frente (*Forward Linkage*) e o total de ligação, Vejamos:

- *Back Linkage*: representa o impacto puro do valor da produção total do setor j sobre a economia, não considerando dentro do próprio setor. ($PBL = (r Ar_j) j Y_j$).

- *Forward Linkage*: indica o impacto puro sobre o setor j provocado pela produção no resto da economia. ($PFL = (j A_j r) r Y_r$).

- Equação que representa o índice Puro do Total de Ligações de cada setor na economia. ($PTL = PBL + PFL$).

Beneficiamentos de Produtos de Vegetais, Abate de Animais, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Siderurgia, Celulose (papel e gráfica), Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços alimentares e Máquinas e Equipamentos. Nos quais seis inicialmente são considerados como sendo atividades do Turismo são eles: Transporte aéreo (regular e não regular), Agências e organizadores de viagens, Atividades auxiliares aos transportes aéreos, Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário, e Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação.

Este instrumento de análise que é a Matriz Insumo-Produto, no Brasil, vem sendo aprimorado, constantemente, favorecendo assim a obtenção de indicadores que apresentam o comportamento do segmento do Turismo na economia do país. Para elevar seu grau de precisão dos dados fornecidos pela matriz é necessária a integração de informações dos órgãos públicos e privados na formação de um banco de dados central.

Em 2005 é apresentado pela Universidade de Brasília (UnB), a atualização da Matriz Insumo-Produto do Turismo no Brasil, desenvolvida pelo NET/CET, mostra o cruzamento entre cinquenta e dois segmentos da economia e nove sub-segmentos ligados ao Turismo. O uso da Matriz, para esse tipo de análise comparativa, em relação a outros métodos, possui três vantagens:

- 1º. A Matriz descreve a estrutura de toda a economia, relacionando atividades produtivas, distribuição de renda, emprego, consumo de bens e serviços, poupança e investimento, e comércio exterior;
- 2º. A Matriz provê um arcabouço conciso que sintetizar e apresentar dados de uma economia em um formato padronizado, conciliando bases de informação distintas; e
- 3º. A Matriz, possibilita por meio do modelo de Equilíbrio Geral Computável, realizar simulações e cálculos de multiplicadores de impacto entre todos os setores da economia sobre a produção, a distribuição de renda e a demanda (WAGNER, 1996).

5.2. Conta Satélite do Turismo e Políticas Públicas

A Constituição de 1988 sugere que Administração Pública eficiente é aquela que assegura aos cidadãos os direitos fundamentais de liberdade e implementa, no maior grau possível, os direitos fundamentais positivos, garantindo a eficácia dos direitos sociais.

Pode-se dizer que as Políticas Públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos “governos por leis” (*government by law*) pelos “governos por políticas” (*government by policies*). O fundamento mediato e fonte de justificação das Políticas Públicas é o Estado social, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva do Poder Público (BUCCI, 1996, p. 135)⁸¹

No entendimento de Comparato (1997, p. 18), as políticas públicas são programas de ação governamental. O autor segue a posição doutrinária de Dworkin, para quem a política (*policy*), contraposta à noção de princípio, designa aquela espécie de padrão de conduta (*standard*) que assinala uma meta a alcançar, observada na forma de melhorias das condições econômicas, políticas e sociais da característica da comunidade contra uma mudança hostil.

As Políticas Públicas estão acima de planos, programas etc., as fazem ser entendidas como o conjunto **articulado** de planos, projetos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, ora federal, ora municipal; previstos em orçamento, visando à redução da desigualdade social e o Bem-Estar social.

O Turismo entra no contexto das políticas públicas afim de estimular o Estado e a iniciativa privada à investirem em ações voltadas para setores específicos da sociedade: projetos, programas e serviços. Cabe ao Estado, construir ou fazer melhorias nas infra-estruturas de acesso e básica, ações que favorecem o Turismo, porém o maior beneficiado é a comunidade. Por parte de iniciativa privada fica a responsabilidade de construir equipamentos e prestar serviços. Destaca-se que independente do executor todas as ações devem voltar na forma de benefícios para toda a sociedade. (BARETTO, BURGE e FRENEL, 2003. p. 33)

⁸¹ Citação referenciada pelo Advogado José Sérgio da Silva Cristóvam, Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional, 2004.

A Conta Satélite do Turismo (CST) apresenta indicadores que auxiliam e orientam a melhor utilização dos recursos disponíveis nos orçamentos⁸². Nele estão contidas a destinação das verbas, a estimativa das receitas e a fixação das despesas de determinado exercício financeiro. A formulação de políticas públicas é uma estratégia governamental que o país possui para atuar nas esferas Federal, Estadual e Municipal, para o desenvolvimento de ações pontuais e conseqüentemente melhor utilização dos recursos financeiros da União. As estratégias de ação são traçadas para todos os setores da economia de um país.

Tradicionalmente a nação, os estados e os municípios têm como foco direto de resultados as arrecadações oriundas das despesas geradas pelos visitantes, as quais são estatisticamente comprovadas como sendo um estímulo ao aumento na produção dos negócios e um incentivo a geração de empregos e impostos. Este efeito desencadeado por uma ação é chamado “efeito multiplicador”, que neste caso foi gerado pelos gastos dos visitantes a partir da aquisição de um serviço e/ou produto.

Compreender o efeito multiplicador se torna imprescindível para a formulação de políticas, principalmente, para o Turismo que trabalha com diferentes áreas interligadas. Para isso ser viável o formulador tem que ter posse dos fatos que mensurem os impactos ocasionados pelo fluxo turístico de visitantes, o que ressalta a importância intrínseca do país ter fontes seguras de dados e informações.

Em busca de minimizar as falhas, provenientes da escassez de informações confiáveis, o Brasil está desenvolvendo, ainda em fase inicial, a metodologia da CST, isso contribui no direcionamento da administração nacional do Turismo e na estruturação econômica das atividades que o envolve. Tal ação favorece a formação de uma sólida e mais completa base de dados sobre o comportamento do Turismo na economia, o que para os formuladores de políticas públicas é imprescindível.

Compreender a importância em ter dados e informações fidedignas é primordial, em regra, para ter instrumento de avaliação em diferentes aspectos das atividades turísticas e propor um grupo de ações congruentes. Em geral estas proposições bem elaboradas e desenvolvidas são resultados de políticas públicas

⁸² Orçamento deve ser entendido como um instrumento de implementação das disposições constitucionais, a expressão do planejamento das políticas públicas a serem realizadas pela Administração Pública.

eficazes e eficientes, tornando-as elementos destaque do governo. Isto ressalta os seguintes pontos:

- O governo possui um papel ativo no desenvolvimento do Turismo;
- O Turismo é um setor estratégico na Economia Nacional;
- As atividades ligadas ao Turismo promovem melhorias da qualidade de vida da população que reside em cidades turísticas.

Diante do exposto, percebe-se que é pretensão desenvolver análises sem uma base sólida de informações estatísticas, evidenciando que investimento em estudos estatísticos e análises de dados, são instrumentos para administração nacional do Turismo desenvolver e estimular: projetos de estratégia em *marketing*, fortalecimento inter-institucional, avaliação dos resultados referentes a aplicação das políticas públicas e adequar a mensuração das atividades turísticas com a economia nacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o turismo não é considerado um objeto sério de pesquisa.
(BARETTO, BURGE e FRENEL, 2003. p. 34)

Ao final deste trabalho acadêmico sobre a relevância da utilização da metodologia aplicada a Conta Satélite do Turismo (CST) e sua implantação no Brasil, encontramos um amplo cenário carente de informações e repleto de oportunidades. Observamos, também, o comportamento das múltiplas atividades que formam setor do Turismo, acompanhamos o desenvolvimento cronológico global da CST, as ações dos agentes ativos da macroeconomia sobre setor e correlacionamos da CST com outros instrumentos de planejamento econômico.

Com sugestão para findar com a escassez de informações e a ausência de elementos econômicos confiáveis e comparáveis entre os setores econômicos no Brasil e na economia do resto do mundo, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), orientam a elaboração da CST em cada país de acordo com as suas necessidades econômicas. Este instrumento, já adotado por alguns países, o Canadá foi o pioneiro em 1994, tem como objetivo maior mensurar o valor econômico do Turismo. Desta maneira o Turismo vem mostrando ser um importante setor econômico mundial e, como também, no Brasil. Hoje o setor atravessa uma fase de reconhecimento do seu valor enquanto setor estratégico para o desenvolvimento econômico do país.

Para consecução deste trabalho, foi revisada, grande parte da literatura técnica-científica existente em alguns países e a pouca disponível no Brasil, visando demonstrar diversos aspectos, conceitos e definições que permeiam todas as áreas envolvidas ao tema, componentes históricos, fatos relevantes para a aplicabilidade da CST no Brasil, resultados existentes em alguns países, e o impacto sobre a formulação de políticas públicas para o Turismo no Brasil. Contudo, em alguns momentos a obtenção de mais informações, importantes, para o bom desenvolvimento da pesquisa literária, se deparou com o veto por parte de alguns órgãos de pesquisa, o que é lamentável.

Dúvidas foram levantadas em relação a exatidão das compilações geradas pelos 10 quadros que formam a estrutura da CST e pretendem aproximar as informações, existentes sobre o Turismo visando os tão sonhados, os números de desempenho da atividade. O fato é que utilizando a CST o Brasil estará, ao menos, avançando para organização das atividades turísticas, expandindo a sua capacidade de mensuração e análise do comportamento do Turismo e configurando uma fonte referencial mais segura, em relação a atual.

Devemos aguardar pela conclusão da implantação da CST em todos os estados brasileiros, para assim, avaliarmos sua eficácia e eficiência na projeção de viabilidade financeira de projetos, projeção para estimativas futuras em investimentos, comparação com outros países, entre outros benefícios.

Como vimos o Turismo exerce importante participação no PIB e na geração de novos postos de trabalhos no país, no entanto a metodologia exposta, pela CST, tende a detalhar mais a oferta e demanda por Turismo no Brasil. Observando o consumo promovido pelos turistas em todos os âmbitos; desde a compra das passagens, malas, consumo de bens e serviços no destino, até a revelação das fotos ao regressar a sua residência. Possibilitando que técnicos da área tracem projeções no cenário econômico do país.

De posse das informações a serem geradas e aprimoradas com a utilização da estrutura metodológica da Conta Satélite do Turismo, argumentos sólidos aproximarão a população de seus direitos sociais fundamentais (educação, infraestrutura básica etc.), utilizando o Turismo como veículo realizador de políticas públicas bem embasadas e mais racionais com os recursos orçamentários.

Por fim, este trabalho buscou proporcionar assistência técnica aos interessados pelo tema, com vistas a estabelecer uma ampla relação da CST como o modelo que permiti identificar no Sistema de Contas Nacionais os agregados macroeconômicos do turismo e avalia os elementos estruturais do setor, por meio da utilização da Matriz Insumo-Produto. Algumas lacunas ainda podem ter ficado sem resposta, no entanto servirão de estímulo para estudos futuros, que possam apagar, em um futuro próximo, de nossa literatura a frase de abertura deste ultimo capítulo.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

2º RELATÓRIO INTEGRANTE DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DO TURISMO (PNT), 2003.

ACTA DE LAS 63ª Y 64ª REUNIONES, OMT, Madrid, España: 28-30 nov. 2000.

Agência de Notícias Brasil-Arabe. Disponível em: <<http://www.anba.com.br/noticias>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

ATA DA 11ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO. Realizada em Brasília, DF: 07 dez. 2005.

BARETTO, Margarita. Turismo, políticas e relações internacionais / Margarita Baretto, Raúl Burgos, David Frenkel. Campinas, SP: Papiros, 2003.

CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. Dimensionamento do Turismo na Economia Brasileira, 1999.

_____ (2002). Matriz de insumo-produto para economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO da Universidade de Brasília – CET/UnB. Disponível em: <<http://www.unb.br/cet>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

CONTA SATÉLITE DO TURISMO – CST, BRASIL – 1999. EMBRATUR, 1999.

CONTA SATÉLITE DO TURISMO (CST), Quadro Conceptual - OMT, Madrid, Espanha: 1999.

CUENTA SATÉLITE DE TURISMO: Recomendaciones sobre el marco conceptual, CCE, OCDE, ONU e OMT, New York , Estados Unidos, 2001.

DELISLE, Jacques. THE CANADIAN NATIONAL TOURISM INDICATORS : A DYNAMIC PICTURE OF THE SATELLITE ACCOUNT, 1995.

ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO – BRASIL, EMBRATUR, atualizado em: abr. 2005.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES (FNHRBS). Disponível em: <<http://www.fnhrbs.com.br/site/noticias.asp>>. Acesso em: 23 nov. 2006.

FEIJÓ, C. A .et al. Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FRANGIALLI, Francisco. The TSA'S Relevance for Policy-Makers, Central Paper: Sesion 1. Secretary-General – World Tourism Organization – WTO.

FRECHTING, Douglas C. Tourism Management N° 20. The tourism satellite account: foundations, progress and issues. p. 163 – 170. 1999.

GERD, Ahlerta. TSA for Germany: database of the satellite account and perspectives for integration into a sectoral disaggregated macroeconomic model. Paper presented at the 7th International Forum on Tourism Statistics in Stockholm, Sweden: 9-12 June 2004.

GLOSSÁRIO Turismo – Visão e Ação. Revista Científica do Mestrado Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, ano 2, n.4, Ed. UNIVALI, Itajaí, SC: 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2006.

JORNAL O GLOBO ON LINE, pautado pela jornalista Cristina Massari, publicado em: 29 set. 2005. Disponível em: <<http://www.globo.com>> Acesso em: 13 dez. 2005.

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César: Economia do Turismo, 7ª Ed., São Paulo – SP: Atlas, 2001.

LAPIERRE, Jocelyn and HAYES, Duane. The Tourism Satellite Account. National Income and Expenditure Accounts, Second Quarter, 1994.

LEMONS, Leandro de. Turismo: Que Negócio é esse? Uma Análise Economia do Turismo. Coleção Turismo, Campinas – Sp: Parirus, 1999.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia, 3ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____ (1998). Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC – Livros e Científicos Editora S.A.

MEIOS DE HOSPEDAGEM: Estrutura de Consumo e Impactos na Economia. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, 2006.

NÚCLEO DE ECONOMIA PARA O TURISMO (NET – CET/UnB). Tabela de demanda e oferta de turismo, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <<http://www.un.org/av/radio/portuguese/2005/oct/051006.html>> Acesso em: 23 nov. 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/clipping/ler_clipping.php?id=2072> Acesso em: 31 ago. 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Disponível em: <<http://www.world-tourism.org>> Acesso em: 16 out. 2005.

PLANO NACIONAL DO TURISMO (PNT) – Diretrizes, Metas e Programas, 2003 – 2007, Ministério do Turismo do Brasil, 2004.

PROJETO DE PESQUISA. Competitividade do Preço do Turismo no Brasil Impactos Econômicos Intersectoriais e Políticas Públicas - Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo – 2002. Christel Dehaan Tourism and Travel Research Institute – University of Nottingham e Núcleo de Economia do Turismo - Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, 2005.

REVISTA DOS EVENTOS. Edição No 10, publicação julho/agosto de 2000.

Rio Convention & Visitors Bureau

ROSSETTI, José Paschoal. Contabilidade Social. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1986.

SILVA, José Sérgio da. Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional.

SMITH, Stephen L. J.. Measurement of Tourism's Economic Impacts. University of Waterloo, Canada. *Annals of Tourism Research*, Vol. 27, No. 2, p. 530/531, 2000.

STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. *Introdução à Macroeconomia*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TRIBE, John. *Economia do lazer e do Turismo*. São Paulo: Manole, 2003.

TURISMO NO BRASIL (2007-2010), Ministério do Turismo do Brasil e Conselho Nacional de Turismo, 2006.

8. GLOSSÁRIO

TURISMO RECEPTIVO – É aquele gerado por visitantes de outros países ou regiões emissoras, os quais permanecem mais de 24 horas e menos de um ano no local de chegada, não recebendo remuneração no país/região visitada (EMBRATUR, 1992).

UH – É o espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comum do estabelecimento destinado à utilização, pelo hóspede, para seu bem-estar, higiene e repouso. Existindo as opções conjugada, quartos unidos por porta interna; *bouble* (casal), para utilização de duas pessoas; *single*, quarto utilizado por uma pessoa.

CHECK-OUT – É o horário de saída do hospede, do hotel. Registro de saída do hóspedes do hotel, quando se dá o pagamento da conta relativa a sua estada, o que permite ao hóspede deixar as dependências do hotel com sua bagagem. Os hotéis costumam ter, fixado na portaria, esse horário para orientação do cliente, pois, caso ele venha a sair após esse prazo, o hotel se reserva o direito de cobrar mais uma diária. Entretanto, para facilitar os hóspedes e servir como diferencial no mercado, alguns empresas hoteleiras utilizam o *later check-out* que, na prática, pode ser qualquer horário após as 12 horas.

TURISTA – 1. Segundo Inskip (1998), visitante temporário que fica pelo menos 24 horas no local visitado e o propósito da sua visita pode ser classificado em: a) Lazer (recreação, feriado, saúde, religião ou esporte); b) Negócios; c) Família; d) Missão; e) Encontros. 2. É aquele que se desloca para fora de seu local de residência, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado (EMBRATUR, 1992).

EXCURSIONISTA – Também conhecido como “turista itinerante”, excursionista é toda pessoa que se desloca individualmente ou em grupo para local diferente de sua residência permanente, por período inferior a 24 horas, sem efetuar pernoite (EMBRATUR, 1992).

OFERTA TURÍSTICA – É o conjunto de atrativos turísticos, assim como bens e serviços, que provavelmente induzirá as pessoas a visitarem especialmente um país, uma região ou uma cidade. A oferta turística compõe-se dos serviços de alojamento, de alimentação, de agenciamento, de lazer e de outros, bem como da infra-estrutura local.

ANEXO I – Tabelas referente à mão-de-obra empregada

EMBRATUR

ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO - BRASIL

Atualizado em: abril de 2005

Tabelas apresentadas nas páginas 24 e 25 respectivamente.

7. Mão-de-obra empregada no setor turístico

Tabela 01

Número de estabelecimentos e empregados em
atividades turísticas - 1994/2003

Anos	Nº de Estabelecimentos	Incremento (%)	Nº de Empregados	Incremento	Participação do nº de empregados nas atividades turísticas na PEA
1994	83.436	-	703.429	-	2.619.121
1995	97.144	16,43	911.354	29,56	3.410.368
1996	105.197	8,29	882.215	(3,20)	3.261.156
1997	113.859	8,23	926.693	5,04	3.489.893
1998	117.907	3,56	936.825	1,09	3.659.761
1999	144.727	22,75	1.189.040	26,92	4.758.914
2000	150.227	3,80	1.241.708	4,43	4.569.512
2001	160.579	6,89	1.312.962	5,74	4.944.648
2002	169.266	5,41	1.366.326	4,06	5.163.338
2003	174.955	3,96	1.397.216	2,26	5.074.125

Fonte: Departamento de Emprego e Salário - Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: Os dados sobre empregos gerados pelas atividades acima, não podem ser considerados todos turísticos. Por exemplo, um restaurante tanto pode atender a população local como pode atender ao turista.

Tabela 02

Mão-de-obra empregada em setores das atividades turísticas - 1994/2003

Atividades	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Alojamento	149.404	175.511	181.073	187.010	191.028	190.742	197.309	208.455	204.696	204.206
Alimentação	360.748	450.258	473.345	512.438	532.287	542.077	580.495	622.426	669.584	692.101
Agência de Viagens	27.894	46.439	44.202	44.004	30.966	32.165	33.749	34.203	34.745	37.167
Transporte Rodoviário Regular	113.291	194.851	140.409	139.608	137.319	133.272	133.986	138.966	140.335	137.451
Transporte Aéreo Regular	47.235	41.134	39.965	40.321	41.804	29.124	32.822	37.425	34.749	31.461
Transporte Aéreo não Regular	4.857	3.161	3.221	3.312	3.421	3.846	4.802	4.602	4.606	5.173
Atividades Recreativas	-	-	-	-	-	241.063	245.965	252.425	261.232	271.056
Aluguel de Automóveis	-	-	-	-	-	16.751	12.580	14.460	16.379	18.601
TOTAL	703.429	911.354	882.215	926.693	936.825	1.189.040	1.241.708	1.312.962	1.366.326	1.397.216

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: Os dados sobre empregos gerados pelas atividades acima não podem ser considerados todos turísticos. Por exemplo, um restaurante tanto pode atender a população local como pode atender ao turista.

ANEXO II – Acordo de cooperação entre Brasil e OMT



ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO PARA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE A CONTA SATÉLITE DE TURISMO: COMPREENDER O TURISMO E ESTABELECEER ESTRATÉGIAS

Na região das Cataratas do Iguaçu, do dia 3 ao dia 6 de outubro de 2005.

Considerando o Artigo 32 dos Estatutos da Organização onde está estipulado que "a Organização se beneficia, no território dos Estados Membros, de privilégios e imunidades necessários ao exercício das suas funções. Estes privilégios e imunidades podem ser definidos por acordos concluídos pela Organização"; e,

Levando em consideração a resolução 136 (V) da quinta reunião da Assembléia Geral da OMT;

Determinam o seguinte:

ARTIGO I

Objetivo

O presente Acordo tem por objetivo a realização da Conferência sobre a conta satélite de Turismo: Compreender o Turismo e estabelecer estratégias, em Puerto Iguazú (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), entre os dias 3 e 6 de outubro de 2005, em conformidade com o convite destes países para organizar conjuntamente a Conferência.

ARTIGO II

Disposições Relativas aos Privilégios, Imunidades e Facilidades

1. O Secretário Geral da OMT enviará a convocação oficial com suficiente anterioridade para os participantes da Conferência. A Secretaria comunicará, imediatamente, os nomes dos participantes da Conferência que tenham aceitado o convite do Secretário Geral às autoridades devidamente designadas para tal propósito pelo Governo, para que as suas viagens e estadia no país possam ser preparadas nas melhores condições possíveis.
2. O Governo reconhece a personalidade internacional e a capacidade jurídica da Organização ao tempo que lhe assegura a independência e a liberdade de ação que lhe correspondam na qualidade de organismo especializado das Nações Unidas e em conformidade com os seus Estatutos.
3. O Governo adotará as medidas adequadas para facilitar a entrada e saída dos participantes do seu território assim como a sua permanência, independentemente de sua nacionalidade. Os vistos necessários serão outorgados no menor prazo possível. Será concedido aos participantes, de forma especial, um documento de viagem que permita atravessar fronteiras enquanto dure a Conferência.
4. Os participantes da Conferência usufruirão os privilégios e imunidades que são outorgados aos delegados de conferências inter-governamentais.
5. O Secretário Geral da Organização usufruirá, no território do país, os privilégios, imunidades, isenções e facilidades concedidos aos embaixadores e chefes de missões diplomáticas.
6. Os funcionários da Organização que não sejam cidadãos brasileiros, nem residentes permanentes no país, usufruirão, no território deste país, os privilégios outorgados para as conferências inter-governamentais.

ARTIGO III

Condições para a Organização da Conferência

1. A Conferência será celebrada na cidade de Puerto Iguazú (Argentina), no dia 3 de outubro de 2005 e do dia 4 ao 6 de outubro na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil). No marco da Conferência, também está prevista a realização de um workshop na Ciudad del Este (Paraguai), no dia 4 de outubro de 2005.

2. Em conformidade com o artigo 1.2 do Regulamento da Assembléia Geral da Organização, aplicável a todas as reuniões da OMT celebradas fora da Sede, os Governos co-organizadores assumirão todos os gastos contraídos em relação à celebração da Conferência e isto de acordo com o conjunto de condições apresentado pela Organização, que consta no anexo ao presente acordo.

3. O Governo colocará à disposição da Organização o pessoal, os locais, as instalações, equipamento para a tradução simultânea e material de escritório e de reprodução dos documentos necessários, tal como são enumerados no anexo e que serão considerados, se for o caso, em uma cláusula adicional.

4. O Governo não considerará a Organização responsável pelos danos que possam ser provocados às instalações e tampouco pelas conseqüências que possam surgir em função de eventuais reclamações por estes danos, exceto nos casos de negligência grave.

5. Serão consideradas como área de conferências da Organização durante a celebração da Conferência e no período necessário para a sua preparação e finalização as salas de reunião, os escritórios ademais daqueles espaços e de outras instalações que o Governo coloque à disposição da Organização.

6. O Governo adotará as medidas necessárias para garantir a segurança e a tranqüilidade dos trabalhos da Conferência.

ARTIGO IV

Disposições Finais

O presente Acordo, e o seu anexo, que deverá ser assinado pelas duas Partes, será posto em vigor na data da assinatura e permanecerá aplicável durante toda a duração da Conferência e durante o período necessário para a preparação e a finalização das operações da mesma.

Assinado em Madri, no dia 8 de setembro de 2005, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
José Viegas Filho
Embaixador em Espanha

PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL
DE TURISMO
Dawid de Villier
Secretário Geral Adjunto

A N E X O

Ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial do Turismo para a Realização da Conferência sobre a Conta Satélite de Turismo: Compreender o Turismo e Estabelecer Estratégias, os dias 4 e 6 de outubro de 2005 em Foz do Iguaçu

PESSOAL, LOCAIS E EQUIPAMENTO

A. FACILIDADES CONCEDIDAS E GASTOS ASSUMIDOS PELO GOVERNO

I LOCAIS

a) Uma sala de reunião com capacidade aproximada para um número máximo de 900 pessoas. A sala deverá estar montada em formato aula com mesas. Os participantes terão à disposição microfones e fones de ouvido. A sala de reunião deverá estar equipada para a tradução simultânea para e a partir do espanhol, do francês, do inglês e do português.

- a. Uma sala para Conferências de imprensa com capacidade para 150 pessoas.

b) Escritórios

A Secretaria deverá contar com os seguintes escritórios:

- Um escritório para o Secretário Geral e outro para o Secretário Geral Adjunto;
- Um escritório para o Comitê Técnico;
- Um escritório para os consultores;
- Um escritório para a Secretaria;
- Uma sala de reprografia de documentos.

A sala de reunião e os escritórios deverão estar equipados com o mobiliário indicado para o uso ao qual estão destinados e estar disponíveis pelo menos 48 horas antes da abertura da Conferência. O escritório para a Secretaria de Conferências assim como a sala de reprodução de documentos deverá estar disponível antes, em data a ser indicada, no tempo devido, e permanecer acessível pelo tempo necessário para a liquidação das operações da Conferência.

c) Comunicações

Todos os escritórios deverão estar conectados com rede telefônica interna e com a rede urbana. O escritório do Secretário Geral terá um telefone disponível dotado de linha internacional, assim como o escritório para a Secretaria de Conferências que deverá estar equipado também com um tele-fax com um número de telefone próprio. As comunicações serão de responsabilidade do governo.

II. EQUIPAMENTO DOS LOCAIS DE REUNIÃO, DOS ESCRITÓRIOS E DOS PONTOS DE APOIO.

1. A sala de reunião deverá estar equipada para a tradução simultânea do e para o espanhol, o francês, o inglês e o português.
2. A sala deverá contar com uma equipe de gravação das intervenções.

3. A sala deverá contar com um aviso indicando o nome, o lugar e a data da reunião em espanhol, francês, inglês e português.

4. Cada participante terá acesso a fones de ouvido e os microfones serão distribuídos da forma que segue:

- Serão distribuídos microfones nas mesas, sendo um ou dois por mesa, de acordo com a longitude entre mesas;
- Serão colocados microfones em número suficiente para a mesa presidencial.

5. A sala deverá contar com um púlpito e com o equipamento necessário para a projeção informatizada, um projetor e uma tela. Serão necessários, igualmente, os serviços de um técnico encarregado pelo funcionamento destes aparelhos.

6. O Governo fornecerá dez computadores pessoais e 4 impressoras a laser com as seguintes especificações:

- Processador: Pentium IV 2 GH ou superior

- Memória (RAM): 256 MB (mínimo)

- Monitor: SVGA

- Sistema: MS-DOS/Windows 2000 ou Windows XP

- Programa: Microsoft Office 2000

- disquetes: 3 1/2" dupla face alta densidade

- Teclado: QWERTY internacional

- Unidade: CD-ROM (mínimo 48 x)

- Modem (mínimo 56.000 bps) conectado com linha telefônica a um provedor de Internet local com conta de correio eletrônico
- Porta USB

- Mouse

- Impressoras: laser, compatíveis com o sistema indicado acima.

7. A sala de reprodução de documentos deverá estar equipada com duas máquinas foto copiadoras de grande capacidade e com, pelo menos, 120 fotocópias por minuto.

8. O Governo fornecerá o papel necessário para a reprodução de documentos assim como do material de escritório necessário.

III. PESSOAL LOCAL

9. O Governo disponibilizará para a Organização o seguinte pessoal no local:

- oito recepcionistas com um bom conhecimento falado do espanhol, do francês, do inglês e do português;

- um técnico em informática;

- um técnico para a manutenção da máquina foto copiadora;

- um técnico para a gravação dos debates;

- um técnico para o equipamento visual.

IV. TRANSPORTE DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA, DOS CONSULTORES, DOS INTÉRPRETES E DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A CONFERÊNCIA.

10. Os Governos da Argentina e do Brasil se responsabilizarão pelos seguintes gastos de viagem.

11. Para o pessoal designado pelo Secretário Geral, os consultores, assim como dos documentos e outros materiais necessários. Deverão ser previstos catorze passagens aéreas para o pessoal da OMT Madri/Iguaçu/Madri, sendo uma das passagens de primeira classe para o Secretário Geral e as outras passagens de classe executiva. Será previsto, da mesma forma, um número não superior a dez

passagens ponto de origem/lugar da Conferência/ponto de origem para os oradores. A classe destas passagens será definida de acordo com a longitude do vôo.

12. Para os intérpretes que não forem contratados localmente (passagens aéreas ida e volta entre sua residência e o lugar da reunião). A seleção dos intérpretes será realizada mediante consulta com a Secretaria.

13. Um MCO para o transporte aéreo Madri/lugar da reunião/Madri como excesso de bagagem de 1.000 kg. de documentos e material necessários para as reuniões.

14. As passagens de avião deverão ser disponibilizadas para a Secretaria quinze dias antes da data das viagens previstas.

15. Os Governos se encarregarão do transporte dos membros das delegações e da Secretaria entre os aeroportos e os hotéis e os lugares da Conferência, assim como qualquer outro traslado necessário.

16. Os Governos disponibilizarão para a Secretaria uma mini-van com motorista para o deslocamento entres os diferentes lugares de realização da Conferência.

V. ALOJAMENTO E DIÁRIAS

17. Os Governos se responsabilizarão, conjuntamente, pelo alojamento do pessoal da Organização, dos oradores assim como dos intérpretes que não forem contratados localmente em local próximo ao lugar da Conferência.

18. O serviço de pagamentos dos Governos pagará os funcionários da Organização, os oradores e os intérpretes que não forem contratados localmente, a estadia (em moeda local), e, se for necessário, as diárias de viagem (em dólares dos Estados Unidos), conforme a tabela em vigor das Nações Unidas no momento da realização da Conferência. As diárias de estadia serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) uma vez que o alojamento e o café da manhã são fornecidos pelos Governos. Conforme a prática das Nações Unidas, as diárias do Secretário Geral serão acrescidas em 80% (oitenta por cento) e as do Secretário Geral Adjunto em 40% (quarenta por cento). O pagamento das indenizações será realizado no momento da chegada dos interessados, sobre a base de uma lista gerada pela Secretaria e

enviada ao Governo com suficiente anterioridade, especificando, em cada caso o itinerário e a duração da estadia.

19. Os Governos deverão, da mesma forma, pagar aos intérpretes não contratados localmente, se for necessário, uma indenização a título de lucro cessante para cada dia de viagem entre o seu domicílio e o lugar das reuniões, tanto a ida como a volta, em conjunto (e em dólares dos Estados Unidos).

NOTA: Os intérpretes são contratados pela Secretaria. Serão contratados intérpretes estabelecidos na Argentina e/ou Brasil, desde que façam parte da Associação Internacional de Intérpretes de Conferências e disponham das combinações lingüísticas necessárias. A Organização efetuará o pagamento dos honorários dos intérpretes contratados para a Conferência.

VI. SERVIÇOS

20. Os Governos da Argentina e do Brasil se encarregarão respectivamente de fornecer diretamente os seguintes serviços:

- a) Serviço de recepção dos participantes nos aeroportos.
- b) Reserva de quartos de hotel para os participantes, preferivelmente em apenas um hotel e com tarifas reduzidas.
- c) Serviço de telecomunicações (sob responsabilidade dos participantes), serviços bancários, serviços médicos, viagens, informação, programa social e visitas técnicas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, GLEBA A.
BRASILIA – DF
2006